



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Andrea Matarazzo) – Boa tarde a todos. Boas vindas a todos vocês, dos diversos movimentos de moradia, que vieram à Câmara dos Vereadores. Desculpem-nos pela falta de organização, à demora em subirem, pois os elevadores estão lentos, mas dá para darmos andamento a esta audiência pública.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública do PL 688/2013, Plano Diretor Estratégico.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde o dia 24 de outubro de 2013, publicada no *Diário de S.Paulo* no dia 31 de outubro de 2013 e na *Folha de S.Paulo* no dia 1º de novembro de 2013.

Convidamos o Sr. Fernando de Mello Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Arquiteto e Urbanista; a Sra. Tereza Beatriz Ribeiro Herling, Secretária Municipal Adjunta de Desenvolvimento Urbano; o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; o Sr. José Floriano de Azevedo Marques Neto, Secretário Municipal de Habitação; o Dr. Mário Augusto Vicente Malaquias, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, do Ministério Público do Estado de São Paulo; o Dr. Maurício Antônio Ribeiro Lopes, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital; Dr. José Carlos de Freitas, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, do Ministério Público do Estado de São Paulo e o representante do Laboratório de Habitação da FAU-USP.

Contamos com a presença da Vereadora Juliana Cardoso e do Professor, Urbanista, Arquiteto e Vereador Nabil Bonduki, especialista em habitação social – está aqui o seu livro onde tenho aprendido e estudado sobre habitação social: *Origens da Habitação Social no Brasil*, um estudo sensacional do assunto.

Quero aproveitar a presença dos senhores para fazer um comentário sobre

habitação social. Temos de pensar sempre de forma realista e o Plano Diretor precisa disso. É nosso papel fazermos os ajustes para que o Plano Diretor entre em operação. Quando se trata de ZEISs, vemos alguns pontos que precisam ser corrigidos, por exemplo, a demarcação de ZEISs em terrenos contaminados, que vão demandar recursos e, o pior, vai levar muito tempo para ser arrumado; a demarcação de ZEISs em territórios com outra vocação, como na zona cerealista de São Paulo - resolver um problema criando outro, muitas vezes, não é a solução - e a demarcação de ZEISs em locais sem qualquer infraestrutura, outro ponto complicado. As ZEISs precisam estar onde há infraestrutura.

A meu ver, as ZEISs precisam de planos de rápida e fácil implantação e, de preferência, estarem em áreas próximas de onde as pessoas já moram e trabalham e perto de áreas de fácil mobilidade. O critério do coeficiente 4 para construção deveria ser autoaplicável apenas no caso das ZEISs. Em outras áreas, deveríamos estudar mais a capacidade de suporte e tudo isso.

Enfim, as ZEISs têm de ser prioridade, mas, mais do que elas, temos de enfatizar no Plano Diretor a questão da regularização fundiária. Há uma quantidade enorme de pessoas morando na zona Sul, na zona Leste ou em parte da zona Norte em áreas não regularizadas, sem segurança com relação ao imóvel e, principalmente, sem infraestrutura adequada para morarem direito. Regularizar os conjuntos habitacionais para que o CDHU ou a Cohab possam fazer as reformas, manutenção ou que deixem as pessoas fazerem – hoje não podem porque não têm escritura. Na zona Sul há cerca de dois milhões de pessoas morando em habitação não regularizada. Isso precisa ser regularizado, porque a casa já está pronta e precisa ser ampliada a infraestrutura, o acesso, o transporte, tudo isso.

Esse é o papel que vamos exercer na Câmara e é por isso que digo da vantagem de termos, na Comissão de Política Urbana, Vereadores interessados e que conhecem o assunto. O Vereador Nabil Bonduki é Relator do projeto e sou o Presidente da Comissão.

Esse Plano Diretor foi elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da

Prefeitura pelo Executivo. É um trabalho de fôlego. Existem problemas, claro que sim, mas é um trabalho complicado, de grande dimensão, que já foi discutido nas várias audiências públicas. Agora, a Comissão está realizando 45 audiências públicas: quatro nas regiões - Norte, Sul, Leste e Oeste -, 31 nas Subprefeituras e dez outras sobre temas específicos, como esta de habitação. A ideia é ouvirmos ao máximo a população. A audiência pública é realizada com o intuito de vocês trazerem as demandas, porque entendo que quem mora ou trabalha num lugar é que sabe quais são as prioridades e os problemas com muito mais detalhes do que quem se debruça no mapa e fica olhando de longe. Quem mora está sabendo onde aperta o calo direitinho. Esse é o papel das audiências públicas que o Secretário Fernando de Mello Franco tem prestigiado, a grande maioria delas – o que é muito importante também -, porque ele pode ouvir de viva voz.

O Secretário Fernando de Mello Franco fará uma apresentação do Plano para explicá-lo. Ouviremos as reivindicações da população e, depois, o Vereador Nabil Bonduki, que é especialista no assunto, vai esclarecer e tirar as dúvidas.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Fernando de Mello Franco e a presidência ao Vereador Nabil Bonduki.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Boa noite a todos e a todas. Em nome do Vereador Andrea Matarazzo quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa.

A gente pode perceber que; levando em consideração as últimas audiências públicas realizadas a respeito do projeto de lei, elaborado pelo Executivo e entregue ao Legislativo; esta é sem dúvida alguma a audiência com maior público. Isso é muito bom e importante para, de fato, tornar o debate mais consistente e, ao mesmo tempo, legitimá-lo. Também é importante frisar que esta é a audiência em que há mais representantes da SMDU, tamanha a importância que esse tema traz para o Plano Diretor, evidentemente, mas fundamentalmente para a própria Cidade. Acho que a moradia é uma das questões centrais do

Plano Diretor. Temos defendido isso. Não só entendemos como de fundamental importância o enfrentamento, com mais agressividade e força o problema da moradia, que é muito grave, e não apenas produz casas em quantidade. Esse não é o intuito. Queremos produzir casas boas próximas de equipamentos e bem localizadas, esse é o intuito. E mais: também queremos estabelecer políticas que permitam, por um lado, construir casas onde há uma oferta diferenciada de oportunidades na Cidade – não só empregos como também bens, serviços, parques *etc.*; por outro lado, sabendo que é impossível colocar todo mundo num único lugar, nos poucos recintos mais privilegiados da Cidade, temos também que pensar políticas de melhoria indistinta de todos os bairros da Cidade, portanto também levar bens, serviços e oportunidades para as áreas menos privilegiadas.

Esse é o mote fundamental do Plano Diretor para o qual temos uma série de estratégias. As estratégias não se restringem apenas à demarcação de ZEIS. As ZEIS são fundamentais, mas há que se pensar além. Trata-se de um problema muito complexo, que só será resolvido mediante a combinação de uma série de coisas, de uma série de políticas. É isso que iremos apresentar. Posteriormente, abriremos a fala da Tereza Herling, Secretária Adjunta de SMDU, justamente para poder escutar a opinião de vocês.

Boa noite e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tereza, antes de você iniciar, peço àqueles que quiserem se inscrever para falar que procurem a mesa à direita, tranquilamente. Todos terão direito a falar. Enquanto a Tereza fala, as inscrições estão abertas para os que quiserem se pronunciar.

Tereza, com a palavra.

A SRA. TEREZA HERLING – Boa noite a todos. É com muita satisfação que estamos aqui para apresentar um breve resumo focado nas questões habitacionais do Plano Diretor, relativo ao projeto de lei elaborado pelo Executivo. O Coordenador Técnico, todos conhecem, é o Kazuo Nakano, que está presente. Esse trabalho foi feito em parceria da

Secretaria da Habitação, cuja representante está presente, a Márcia Terlizzi.

- A oradora passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. TEREZA HERLING – Abordaremos três principais questões. A primeira são as principais estratégias adotadas para o Plano Diretor para efetivar uma transformação do território da nossa cidade. A segunda, especificamente as ZEIS, que são o grande interesse do tema. Por último, as ações prioritárias em habitação. Nossa apresentação tratará desses três blocos.

As estratégias de transformação do território já estão refletidas na própria maneira como o Plano foi estruturado. Evidentemente, ele tem um primeiro título que é de princípios e diretrizes, mas os dois títulos seguintes tratam de termos uma ordenação territorial que se combine com instrumentos para transformação desse território e, principalmente no título 3, com as ações estratégicas que vão de fato transformar esse território. Não basta, por exemplo, termos as ZEIS se não tivermos um plano de ocupação, de habitação, de locação social *etc.*, enfim, os programas definidos para que essas ZEIS vingam.

O quarto título é não menos importante, refere-se à gestão democrática, incluindo todos os instrumentos de participação e do sistema municipal de planejamento urbano. O último título diz respeito às disposições transitórias.

Nos títulos 2 e 3 está o coração, as principais questões que regem a ordenação territorial. No caso da habitação, temos o capítulo 5, que trata das ZEIS, o capítulo 6, que trata da rede de estruturação da transformação urbana, e o capítulo 7, que trata dos instrumentos. Esses três capítulos vão apresentar em que lugar a habitação pode ser produzida para a Cidade, para seus moradores.

No título 3, as ações prioritárias na habitação e nas áreas de risco mostra como fazer esses lugares de fato florescerem como moradia digna.

Dentre as principais estratégias para a transformação está a organização. Organizamos o território em macroáreas, cada uma delas com sua especificidade, o que afeta

a maneira como podemos produzir a moradia, a segurança na posse *etc.* Cada uma dessas macroáreas tem um objetivo, tem uma estratégia de desenvolvimento urbano e tem instrumentos e ações prioritárias para elas.

Essas áreas estão mapeadas – esse é o nosso mapa da Cidade. Temos, nos tons de verde mais claros e mais escuros, temos, respectivamente as macroáreas de recuperação ambiental e de preservação ambiental. As mais escuras, de preservação, são os ecossistemas naturais, onde de fato não é permitida a ocupação para praticamente nenhum uso, inclusive residencial. Na macroárea de contenção urbana e uso sustentável já temos, principalmente na zona Sul, várias áreas de ocupação que precisam ter um tratamento especial de urbanização, com cuidado com o meio ambiente, com a preservação principalmente das águas e dos ecossistemas. Essas duas áreas estão totalmente contidas na chamada Macrozona de Proteção Ambiental.

Temos uma terceira área, nesse amarelo mais claro, que é a Macroárea de Recuperação Urbana e Ambiental. Essa área tanto está na Macrozona de Proteção Ambiental quanto na Macrozona de Ocupação Urbana, e ela tem características já de uma ocupação mais intensa, de áreas de preservação de ambiental, o que demanda outro tipo de intervenção para regularização, urbanização e saneamento.

Nos tons de amarelo, laranja e vermelho do mapa, temos as áreas onde é permitido o uso mais intenso dos usos urbanos. Em amarelo mais forte estão as nossas Macroáreas de Redução de Vulnerabilidade Urbana, ou seja, aquelas áreas que têm um grande déficit, ainda, de serviço público, de infraestrutura, de programas sociais para melhoria da qualidade de vida urbana e da qualidade de vida das famílias.

No que tange à maior parte da ocupação da Cidade, temos a Macroárea de Qualificação da Urbanização Consolidada e, nesse eixo em tom vermelho, a Macroárea de Estruturação Metropolitana. Vale reforçar o que disse o Vereador Andrea Matarazzo, que esse é um processo de trabalho que se extingue aqui. Estamos apresentando um produto do

Executivo, que, embora tenha sido arduamente discutido com as equipes, tem muito que melhorar, e acreditamos que agora estamos em um processo de revisão inclusive desses limites para que eles sejam aprimorados.

O conceito geral é de que cada uma dessas áreas apresenta questões específicas para o tema moradia.

Outra questão, como dissemos, é o enfrentamento de situações de desigualdade social e territorial através das ZEIS e dos investimentos prioritários em territórios com grande vulnerabilidade social, como demarcado no mapa.

Outra questão é a articulação de ações nas chamadas áreas de estruturação local, em que temos, por exemplo, ao longo de corredores de ônibus ou eixos de mobilidade, oportunidades de adensamento desses eixos de estruturação urbana e de ocupação mais densa e de forma mais organizada esses eixos, que são compostos pelo eixo de estruturação urbana – este ao longo dos corredores – e, ao mesmo tempo, acoplar a ele outros eixos que estamos chamando de Áreas de Estruturação Local.

Essas Áreas de Estruturação Local são áreas da vida do bairro, daquela área que está um pouquinho mais adentrada no bairro em relação ao eixo de mobilidade principal. Por exemplo, na Estrada do M'Boi Mirim poderá haver um corredor. Mais para dentro, já chegando aos bairros, vocês têm as avenidas ou ruas principais que merecem um tratamento pelos sistemas de infraestrutura de drenagem, de saneamento, novas habitações – marcadas em amarelo -, equipamentos sociais. A ideia é que esses eixos sejam locais de ação integrada do Poder Público. Na hora em que o Poder Público for fazer uma habitação, que também faça toda a rede de equipamento e saneamento que aquela região precisar.

Nesse outro desenho, por exemplo, estão as redes de equipamentos integradas, que também fazem parte desse desenho da área de estruturação local. Essa é uma intervenção que irá estruturar a vida no bairro de modo mais local. É uma ação do dia a dia, que organiza nossa vida cotidiana.

Por outro lado, a gente tem as grandes transformações ao longo dos eixos urbanísticos. Como proposta para o nosso Plano Diretor, que esses eixos de transformação urbana - que são os eixos ao longo das principais vias de mobilidade - sejam de corredor de ônibus ou por trilhos e que eles tenham, numa zona próxima, entre 150 metros de largura de cada lado, possibilidade de receber um adensamento maior. Ou seja, podemos construir mais, mas não uma altura maior de construções com pouca gente morando, pois a ideia é adensar. Pode-se construir, mas com uma cota/parte de terreno menor para que mais gente possa morar perto dos eixos de mobilidade.

A ideia, então, é fazer o adensamento demográfico mesmo, não construtivo, e condicionar esse adensamento à existência de transporte. Não adianta somente imaginar que vai haver o transporte. Só poderemos adensar a Cidade a hora que houver, de fato, o eixo de transporte construído, maiores coeficientes de aproveitamento e ZEIS ao longo dos corredores.

Esses são os corredores. O mapa não está com uma boa legibilidade, mas esses ramos azuis são as áreas dos corredores existentes, as áreas de influência desses corredores que já existem. Os mais escuros, em vermelho, são as áreas de influência de trilhos, previstos para serem implantados até 2016, e os amarelos são as áreas de influência previstas para corredores de ônibus, também previstos para até 2016.

Nesses casos, podemos aumentar o coeficiente de aproveitamento do terreno: onde é 2, passa a ser 4; nas áreas de redução da vulnerabilidade, de 2, passa a 2,5, e assim por diante. Sempre aumentamos apenas ao longo dos eixos, não na Cidade como um todo.

ZEIS. Fizemos um cruzamento do mapa dos corredores com as propostas. Vemos que temos muita interface, ou seja, já há proposição de todos os tipos, ZEIS 1, 2, 3 e 4 ao longo desses corredores. Há uma estimativa que, ao longo desses corredores, tenhamos 152 milhões de metros quadrados de área, das quais uma parte, 21 milhões, já está ocupada por ZEIS; outra parte por ZEIS 1, com 66%, e outra por ZEIS 2 e 3, com 34%.

Aqui, um ensaio, que vou passar rápido por ser muito técnico. De alguma maneira,

poderíamos ter, ao longo desses corredores, nessas, a possibilidade de construir 374 mil unidades habitacionais. Numa breve estimativa feita pelos técnicos, por meio de cruzamento de mapas, chegamos à conclusão de que é possível termos uma transformação para construirmos toda essa quantidade de habitação.

Como dissemos, outra diretriz de transformação de território é associar tudo isso a investimentos reais e com cada área tendo sua atuação estratégica. No caso da habitação, veremos adiante. Além disso, no projeto de lei, foi sugerida uma série de instrumentos que recuperam para a coletividade a valorização imobiliária gerada por ações públicas e coletivas, como, por exemplo, o caso da outorga onerosa do potencial construtivo adicional, que também se transforma em recursos para a habitação.

Então, temos esses instrumentos como alternativa para conquistar mais terra e imóvel para a produção habitacional, quais sejam: instrumentos indutores do uso social da propriedade, como o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios; o IPTU progressivo no tempo; a desapropriação com títulos da dívida pública; o direito de preempção; a outorga onerosa; a arrecadação de bens abandonados; os instrumentos de regularização fundiária e a cota de solidariedade, que foi esboçada no Plano e que, apesar de não aprofundada no Plano, tem uma diretriz clara de obrigação do Poder Público de fazer em um ano um projeto de lei para regulamentar esse instrumento.

No caso das ZEIS, do plano vigente elaborado em 2002 ao atual, propusemos que a faixa de HIS – faixa de renda de famílias que ganham de zero a seis salários mínimos – continua sendo de zero a seis salários mínimos. No entanto, dividimos essa faixa em duas: HIS faixa 1, famílias que ganham de zero a três salários mínimos; HIS faixa 2: famílias que ganham de três a seis salários mínimos. Isso porque a ideia era garantir que uma porcentagem da produção habitacional de fato fosse destinada a essa faixa de renda que ganha de zero a três. Além disso, uma faixa de HMP – Habitação de Mercado Popular –, que, no Plano anterior, estava constando de seis a 16 e hoje passou à faixa de seis a 10 salários mínimos. Reduzimos

para, de fato, atingirmos essas famílias que ganham de seis a 10 salários mínimos.

Isso interfere nesse quadro proposto também de porcentagem de ocupação.

Nas ZEIS 1, no mínimo, temos 60% destinado à HIS, dos quais, no mínimo, 40 para a faixa 1. Os outros usos são permitidos para HMP e usos não residenciais. Dizemos no mínimo, mas, evidentemente, pode ter umas ZEIS 1 só ocupada por HIS ou só ocupada com uso habitacional. Nas ZEIS 2, a mesma coisa: no mínimo, temos 50% para HIS, sendo que, no mínimo, 30% para a faixa, e os outros usos são sempre permitidos. Para a ZEIS 3, também a mesma coisa: no mínimo 50% para HIS, sendo que, no mínimo, 25% para a faixa 1. Para a ZEIS 4, no mínimo, 80% para HIS.

Este é o mapa das ZEIS que foram demarcadas, das vigentes e das novas. Num balanço geral, tínhamos 640 perímetros de ZEIS 1; 147 de ZEIS 2; 145 de ZEIS 3; 32 de ZEIS 4, totalizando 964 perímetros na lei vigente de 2002. Passamos de 964 para 2.160 perímetros. Quer dizer, tivemos um aumento muito significativo do número de perímetros, mas também um aumento da área total, de 139 milhões de metros quadrados para 171 milhões de metros quadrados. Esse número de perímetros ampliados é maior nas ZEIS 1, porque há uma série de assentamentos precários que já não tinham sido demarcados no Plano de 2002. Mas esse erro agora foi corrigido. Também há concentração de perímetros novos também nas ZEISs 2 e 3, com 17 e 18% de número de perímetro e 14% de área a mais.

Dos movimentos de moradia, trouxe as planilhas das indicações que foram feitas. Foram recebidas e analisadas 445 indicações de novas ZEIS pelos movimentos de moradia. A equipe da Sehab mais alguns companheiros da Secretaria de Desenvolvimento Urbano realizaram vistorias nessas áreas e, ao final, tivemos um resultado bastante positivo, com 89% desses perímetros incluídos; sendo que uma parte deles já existia como perímetro e outras novas, bastantes significativas, foram incluídas. Apenas 11% dos perímetros indicados não foram demarcados; muitos deles por estarem ocupados com mata densa, com vegetação significativa, realmente sem condição de aproveitamento. Essa devolutiva foi feita para os

movimentos.

Sobre as ações prioritárias, trouxe um resumo bem sucinto dos objetivos das ações previstas no Plano Diretor para o sistema de habitação, que se concentram em assegurar o direito à moradia digna como um direito social. Isso significa que a moradia é um direito social e, portanto, o Poder Público deve assegurar esse direito por meio de programas que não só focalizam a aquisição de uma unidade habitacional como também, para aquelas famílias ou pessoas que não têm condições de acessar um financiamento, formas alternativas, como a locação social, para que elas tenham aquele bem como um direito e não como um bem de consumo puro e simplesmente.

Outro objetivo é reduzir o déficit habitacional e reduzir as moradias inadequadas nos programas de provisão, de regularização e urbanização, etc.

Uma ação prioritária é revisar o Plano Municipal de Habitação, que deve conter todas as especificidades dos programas sugeridos, o tipo de programa, o tipo de acesso, o atendimento às famílias, os critérios. Enfim, questões do Plano Setorial, não do Plano Diretor. Daí a importância da revisão do Plano Municipal de Habitação.

Outra ação concomitante profundamente integrada à questão da habitação é a gestão das áreas de risco, porque 99% dessas áreas estão ocupadas por moradias precárias. Então, o objetivo dessas ações é reduzir os riscos geológicos e hidrológicos, promover a segurança e proteção permanente da população e do patrimônio frente à ocorrência de diferentes desastres e minimizar os danos decorrentes de eventos geológicos e hidrológicos. A ação prioritária é elaborar um plano municipal de redução de riscos bastante claro, bastante transparente, com as áreas de risco publicadas para que a população saiba qual é o critério de definição daquele risco e que tenham acesso a essa informação.

Aqui são os mapas das áreas de risco, que estão constantes do Plano Diretor.

Encerro aqui a minha apresentação, colocando-me à disposição para mais esclarecimentos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Antes de dar início à participação da comunidade, quero dizer que temos feito um grande esforço para ouvir a sociedade de diferentes maneiras. A Comissão de Política Urbana agendou 45 audiências públicas. Esta é uma audiência pública específica de habitação, mas em todas elas, inclusive nas realizadas nas subprefeituras, o tema da habitação pode ser tratado. Então, estão todos convidados para as audiências públicas que vão acontecer em várias regiões da Cidade. Ainda vamos realizar várias audiências públicas na zona Leste, na zona Norte, na zona Sul, na zona Central e na Sudoeste. Então, não se encerra no dia de hoje esse processo de discussão.

Além de falarem na audiência pública, vocês também podem apresentar propostas e sugestões pela internet, no site da Câmara Municipal, no endereço www.camara.sp.gov.br/planodiretor. Esse é um espaço para encaminhar sugestões e documentos para a Comissão ou para o Relator do projeto.

Como fui indicado pela Comissão para ser o Relator desse projeto, aproveito para dizer que o papel do Relator é ouvir a sociedade, sistematizar as propostas, buscando identificar quais são as propostas que, de certa forma, alteram o texto, suprimindo e acrescentando partes, mudando o texto. Além disso, é seu papel analisar o projeto de lei de uma maneira geral, ouvindo os vários segmentos da sociedade para, ao final, propor um texto, para ser votado pela Câmara. Um texto que guarda relação com projeto de lei que foi enviado pelo Executivo, pelo Prefeito Fernando Haddad e que possa incorporar, na medida do possível, aquilo que está sendo proposto pelo movimento, pelas associações, pelas entidades. É esse o nosso processo, estamos num momento de escuta da sociedade para poder promover as mudanças necessárias. É por isso que temos aqui já várias pessoas inscritas, que pediria para serem bem objetivas, todo mundo que quiser falar aqui vai falar, nem que a gente fique até 11h da noite. Espero que haja objetividade para que a gente possa avançar bastante os trabalhos e possa não terminar tão tarde assim.

Queria registrar a presença, novamente, da nossa querida Vereadora Juliana Cardoso, que é uma grande batalhadora pelo direito à Cidade e que está sempre junto aos movimentos de moradia.

Tem a palavra a Sra. Suely Mandelbaun, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. SUELY MANDELBAUN – Boa noite. Sou urbanista. Tenho algumas ideias simples que eu queria expor. Primeiro, sobre a cota de solidariedade, que seria o pagamento em termos de grandes empreendimentos doados à Prefeitura. É importante que essa doação incluía HIS também, de forma que uma pequena construtora, acho muito mais fácil, tenha um pequeno terreno, acrescentar o HIS e preencher assim a sua cota de solidariedade, ampliando o leque de compensações. Mais ou menos na mesma linha, também queria falar da outorga onerosa do potencial construtivo adicional, que além da possibilidade normal de pagar em dinheiro, que também possa ser pago em HIS. Acho que é uma coisa muito interessante de se analisar. Ele pagaria pelo preço de custo e depois ele pode ser comercializado gerando algum lucro adicional. Também poderia haver uma premiação progressiva para quem pagasse em HIS a outorga onerosa, pudesse também evoluir para pagar em habitação de mercado popular, que é mais lucrativo e que incentivaria essa opção. Acho bem interessante porque vejo dessa forma muito maior participação das pequenas construtoras. É óbvio que deveria se nas mesmas macrozonas do empreendimento que gerou a outorga e que também esses investimentos de HIS e de HMP teriam que estar prontos, com habite-se, antes da concessão do habite-se do empreendimento principal, para assegurar que seja realmente feito.

Só para finalizar, eu li uma sugestão interessante na última *Veja*, de fazer um órgão regulador tipo CADE para não se transformar todas essas sugestões em balcões de negócios, essa questão do ISS também, que um órgão regulador resolveria e que também poderia fazer parte do Plano Diretor Estratégico. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Maxsuel, do MTSI-Mohab.

O SR. MAXSUEL JOSÉ DA COSTA – Quero, primeiramente, desejar uma boa noite para todos esses guerreiros e guerreiras que estão aqui e o pessoal lá fora dos movimentos sociais da cidade de São Paulo que são preocupados com essa cidade e querem, com certeza, viver numa cidade melhor para todos.

Quero agradecer a mesa, o Secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando de Mello e Franco, o relator do PDE, Vereador Nabil Bonduki, o Presidente da Comissão, Vereador Andrea Matarazzo, e Vereadora Juliana Cardoso.

Não só estou representando o MSTI, do qual sou presidente, Movimento Sem Teto do Ipiranga, mas estamos representando também o Mohab, que é o Movimento Unidos pela Habitação da cidade de São Paulo, no qual temos outros 72 movimentos filiados à nossa luta por moradia na cidade e hoje também estamos contando com diversos outros movimentos importantíssimos que querem, como falei, construir uma São Paulo melhor.

Viemos aqui trazer a esta importante audiência o nosso manifesto sobre algumas questões sobre o PDE, a proposta de adendo ao novo PDE:

- É lido o seguinte (Manifesto do Movimento Sem Teto do Ipiranga)

O SR. MAKSUEL JOSÉ DA COSTA - Com isso, vou pedir para o Alexandre colocar ali no quadro para os senhores apreciarem: este daqui, quando fizemos o estudo aqui, Mesa, sobre a questão do PDE, podemos verificar o que acabei de ler aqui.

Quando falamos de ZEIS 1, está bem explícito onde que estão as ZEIS 1, que é o reconhecimento já de comunidades precárias da cidade de São Paulo. Então, você está falando, está expandindo a questão de ZEIS 1... Não está expandindo, está reconhecendo já as comunidades que já existem, está reconhecendo os assentamentos precários, está reconhecendo as favelas que estão no extremo da cidade de São Paulo.

Quando passamos aqui para este mapa, os detalhes das ZEIS previstas, Sudoeste, podemos perceber que, no Itaim Bibi, em Moema, Saúde, Campo Belo, Santo Amaro, não há áreas de ZEIS previstas dentro do mapa apresentado.

Pode passar, por favor.

Detalhes de ZEIS previstas na zona Sul: também.

Voltando.

Também ali naquela região, Santo Amaro; pega ali no Grajaú, só há a parte de cima, não há áreas de ZEIS que se enquadrem em ZEIS 2 e ZEIS 3 essas macroáreas.

Pode passar, por favor.

Quando nos deparamos com corredores, percebemos também um déficit: os corredores, onde está aquela parte cinza, percebemos que os corredores, que estão aqui os detalhes dos corredores, também têm poucas áreas de ZEIS; tem um pouco aqui no Centro, mas, lá no entorno, no detalhe da zona Norte, percebemos que também há poucas áreas de ZEIS para atender às necessidades dos movimentos e das famílias que ainda estão em situação subumanas, pagando aluguel em palafitas e tal.

Quando pegamos o corredor Sudeste, o corredor Nordeste, também vemos, fica bem claro, sob a questão das ZEIS.

Então, o documento que o Muhab (?) está apresentando explica, elucida bem o que estamos falando: as ZEIS podem ter expandido o número de terrenos, "Ah, passou de cem para mil". Beleza, mas o que são esses terrenos? Onde que eles estão localizados?

E estamos preocupados principalmente com os corredores porque os corredores dos ônibus, onde vão passar os ônibus para levar o nosso povo para ir trabalhar na cidade, têm de ter ZEIS 2 e têm de ter ZEIS 3 porque as pessoas têm de morar perto do trabalho para reconhecer, para serem reconhecidos dentro de sua qualidade de vida.

Quero agradecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, obrigado, Maxsuel. (Palmas)

O próximo é a Antonio Pedro de Sousa, da Fepac. - Federação Paulista das Associações Comunitárias.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA - Boa-noite, movimentos.

PÚBLICO - Boa noite.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA - É isso, o povo aqui firme na luta, dizendo que quer mudar esta cidade.

Queremos aqui dar continuidade - como o tempo é curto, temos de dividir nossa opinião em várias partes -, e dando continuidade à exposição do Maksuel, eu sou da Fepac, e também faço parte do Muhab - Movimento Unidos pela Habitação.

Queríamos sugerir aqui propostas concretas, no sentido aí de minimizar o déficit habitacional, sobretudo para as faixas de renda de zero a três salários mínimos, onde as áreas apropriadas para isso são exatamente as ZEIS.

Então, em termos de propostas, objetivas e concretas, defendemos aqui: incluir no projeto dos eixos de estruturação urbana, aqueles corredores que vocês viram, já implantados, projetados e planejados, a garantia de que, pelo menos, 1/3 sejam destinados a ZEIS 2 e a ZEIS 3, o que não aparece na proposta - apenas ZEIS 1.

2. Garantir, fora desses corredores, mas dentro da Macroárea de Desenvolvimento

Metropolitano, um percentual de também, no mínimo, 25% para Habitação de Interesse Social, dessas ZEIS 2 e ZEIS 3 que estamos propondo.

3. As áreas previstas nos itens 1 e 2 que já mencionamos devem ser demarcadas por uma comissão conjunta da Câmara - ou seja, pode ser a mesma Comissão de Política Urbana e também com a participação dos movimentos - para elaborar, no prazo de 45 dias, uma proposta, um substitutivo que o Relator, o Vereador Nabil, vai apresentar.

Então, esse mapeamento deveria ser feito através de uma comissão que envolva os movimentos e a Câmara Municipal para indicar essas áreas.

4. Com relação à Lei da Função Social da Propriedade, sugerimos a inclusão de instrumento fiscalizador, onde os proprietários de terrenos em ZEIS 2 e ZEIS 3 tenham prazo de 30 dias para apresentar relatório prévio do uso da propriedade, e tendo um ano para protocolar um projeto e um ano para executar obras. Caso não apresente relatório prévio, ficará automaticamente notificado, como previsto na Lei da Função Social da Propriedade, tendo como um dos órgãos fiscalizadores o Conselho Municipal da Habitação, que também deve agir nesse sentido, e não apenas o Conselho de Política Urbana.

5. Que sejam apresentadas as devolutivas com relação às áreas sugeridas pelos movimentos sociais para serem incluídas como ZEIS durante a primeira etapa de audiências do Plano Diretor - aquela em que participamos nas regiões das Subprefeituras e em que indicamos inúmeras áreas e terrenos. E que não só os dados, as percentagens, mas indicar uma devolutiva do que foi feito com aquelas áreas, se serviram ou não, para termos também um resultado do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Concluindo, Antonio.

O SR. ANTONIO PEDRO DE SOUSA - 6. Que, ao Conselho Municipal de Política Urbana - Cmpur, seja assegurado o critério de eleição proporcional dos representantes da sociedade civil.

É um Conselho importante em que devemos participar e essa eleição deve ser mais

aberta, mais ampla, mais democrática e transparente.

Por último, que o Conselho Gestor do Fundurb deve ser paritário, com representantes da sociedade civil sendo eleitos e não indicados. Ou seja, as pessoas têm de ser eleitas aqui na sua base, com apoio popular.

É isso aí. Um abraço. Boa luta! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Bem, vamos para o próximo: Sansão Dantas, da Facesp / Conan.

O SR. SANSÃO DANTAS - Boa-noite a todos e a todas.

Queria cumprimentar a Mesa: Juliana Cardoso, Vereadora; Vereador Nabil Bonduki; Secretário Fernando de Mello; Secretária Adjunta Tereza.

É com muita alegria que vemos essa apresentação desse plano e, com certeza, esse pessoal que está aqui espera ansiosamente que sejam atendidas essas moradias de HIS - Habitação de Interesse Social de zero a três.

Minha outra questão que não poderia calar aqui é que acho que a coordenação da Mesa poderia ter aberto espaço na galeria, que acho que tem muita gente lá embaixo, quase 2 mil pessoas, para que esse pessoal se acomodasse - e não deixar o pessoal fechar a rua (Palmas) e deixar mais de 2 mil pessoas lá embaixo, na rua, sem ouvir. Essas pessoas que estão lá embaixo estão sem ouvir tudo que está sendo debatido aqui dentro. Elas não estão tendo oportunidade, tendo a oportunidade, direito de ouvir tudo que está sendo debatido aqui dentro. Acho que isso é só um repúdio para vocês, mas tudo bem.

Queria ler outra questão muito importante para a habitação. A visão de ampliar a oferta de empregos nas regiões periféricas com alta densidade demográfica é bem vinda para contribuir para resolver a situação de exclusão da população; não é, contudo, suficiente para equacionar de forma satisfatória as necessidades de deslocamento. Só com (ininteligível) e ampliação de oferta de HIS – Habitação de Interesse Social para as populações mais pobres, em especial as com renda entre zero a três salários mínimos, nas regiões com elevada oferta

de emprego e equipamentos públicos será possível otimizar a infraestrutura já instalada e garantir condições adequadas de moradia com menos locomoção.

Essa questão é muito importante e estamos debatendo dentro do Plano Diretor. Só que tem outra questão muito importante também: isso aqui não pode servir como uma simples justificativa, depois, por não construir habitações em outras localidades, porque, se for colocar só a população que está precisando de moradia próxima das áreas que têm infraestrutura de transporte e de locomoção, você não vai conseguir resolver o Plano Diretor.

Outra coisa também: na ZEIS 4 nós temos um problema muito complicado, que já ouvi algumas pessoas debaterem aqui, até da própria Secretaria do Meio Ambiente, que reclama de água, que reclama de um monte de coisa. Nós temos os eucaliptos plantados no interior de São Paulo, que cada árvore de eucalipto consome 200 litros de água. Ou seja, nós estamos contaminando o lençol freático com essa questão dos eucaliptos e aqui em São Paulo a Cetesb trava projetos habitacionais dando uma justificativa que não cabe para ninguém, só cabe para os engenheiros burocratas da Cetesb e da Secretaria do Meio Ambiente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Quero só esclarecer: nós, sabendo que vinha muita gente, liberamos inicialmente, além deste auditório, o auditório externo da Câmara onde cabem 400, 500 pessoas. Também solicitamos, quando vimos a quantidade de pessoas, a liberação do plenário e da galeria. Então está sendo feito o máximo possível para acomodar as pessoas. Também quero esclarecer que esta não é a única audiência pública; serão 45, então haverá muitas oportunidades para discutir e aprofundar esse tema que é muito importante.

O próximo é o Joel de Oliveira, MTST. (Palmas)

O SR. JOEL DE OLIVEIRA – Boa noite, senhores. Boa noite, senhoras. Boa noite à Mesa, ao Movimento, em especial à nossa família que está lá embaixo, do MTST. Boa noite, (ininteligível).

Da carta encaminhada ao Sr. José Américo Dias, Presidente da Câmara, vamos entrar no ponto a respeito da restrição da concessão de áreas públicas a entidades sociais sem fins lucrativos, vendando esse mecanismo a empresas privadas no artigo 124, que quer dizer que hoje esse artigo prevalece onde? As prefeituras indicam terras públicas a empresas privadas e assim limitam que sejam indicadas a movimentos de luta e a entidades sem fins lucrativos, com fins sociais. As empresas privadas vêm só fazer... Um exemplo é a “cracolândia”, que ela é tirada, depois empresas privadas compram, fazem integração de posse dessa área e fazem da forma delas.

Também viemos pedir em especial ao ponto oito, que já indicaram, a respeito de inclusão da prevenção de despejos forçados, no artigo 208, inciso 8º, que quer dizer o quê? Que a gente peça mais respeito a moradores, a ocupações e à própria comunidade quando exige despejos. Em especial vamos dar a ocupação que nós temos hoje em ter a D. Deda,. Onde a comunidade fez uma ocupação há 15 dias, depois vieram fiscais da própria prefeitura de Campo Limpo e pediu para consolidar. As famílias consolidaram essa área aonde três dias depois veio a GCM, por mandado da Subprefeitura de Campo Limpo, e derrubou todas aquelas casas com famílias dentro inclusive.

Companheiros, infelizmente, meus pêsames, nosso companheiro da D. Deda, mas estamos juntos reocupando essa área. (Palmas) A luta é para valer, companheirada, e não tem subprefeito e prefeito que tire novamente irregular, da forma que ela fez naquela época. Vamos lutar, que nossas forças somam, multipliquem e que não venha só acontecer na nossa ocupação como aconteceu, mas que não aconteça em nenhuma ocupação de movimento de vocês, de companheirada nem comunidade. Se ela quer reintegração de posse, ela peça na Justiça e, se for concedida, dê solução para esses moradores, que não sejam despejados.

É isso, companheiros. MTST! Obrigado, companheirada. Obrigado, família. Obrigado, movimentos especiais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Joel. Vanessa, do MTST.

(Palmas)

A SRA. VANESSA – Boa noite a todos e todas. Boa noite, Mesa. Meu nome é Vanessa. Sou coordenadora estadual do MTST no Estado de São Paulo.

Primeiro dizer que verdadeiramente um Plano Diretor está sendo discutido com a população e com os movimentos sociais no Estado de São Paulo, porque hoje os movimentos sociais desta cidade se fazem presentes nesta audiência. Todos os movimentos estão de parabéns pela mobilização. (Palmas) Claro que nós não podíamos perder a oportunidade e vir com tudo que a gente tem. Uma parte está aqui, outra parte estaremos em todas as outras sessões, com muito prazer. (Palmas)

Outra coisa importante: a gente gostaria que todas as áreas que foram destinadas às ZEIS no processo do Plano Diretor que já tinham sido indicadas anteriormente permaneçam; que nenhuma área que foi ZEIS deixe de ser nesse novo processo do Plano Diretor; vamos manter o que já é e vamos melhorar o que precisa ser melhorado.

Outra coisa é uma coisa que vem acontecendo. Acho que poucas pessoas têm enxergado o que vem acontecendo no Estado de São Paulo durante esses dias que têm acontecido. Várias ocupações estão acontecendo no Estado, várias ocupações principalmente na região de São Paulo, porque eu quero dizer para vocês e para os vereadores presentes que nós estamos cansados de pagar aluguel caro e nós não aguentamos mais. (Palmas) Por isso as ocupações vão continuar acontecendo até que haja uma solução para cada companheiro e companheira que não tem onde ficar.

Outra coisa é dizer para a prefeitura que nenhum despejo deve ser feito sem ser dialogado com as famílias e combinado; que a prefeitura monte uma comissão para negociar com as famílias e que não faça despejo forçado, para que não aconteça o segundo massacre do Pinheirinho igual aconteceu em São José dos Campos.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – O próximo é o Emanuel, do MTST; o

seguinte é Renato Sena, do Movimento Nacional de População de Rua.

O SR. EMANUEL – Boa noite, companheiros. Boa noite, pessoal da Mesa. Eu não vou me alongar muito.

A primeira coisa que eu acho que todos nós aqui esperamos é que esse Plano Diretor, com todas as audiências públicas, seja votado ainda neste ano, porque a urgência de cada um, aquilo que a gente passa todos os dias nos acampamentos, no dia a dia, nos nossos lares, pagando aluguel não pode mais esperar até o ano que vem para que seja feita essa votação. Isso é um ponto prioritário para a gente.

Segundo: nós temos uma proposta de manutenção de todas as ZEIS, como a companheira Vanessa falou, porém em especial a da Rua Silveira Sampaio, que fica entre a Rua Silveira Sampaio e a Dr. Oscar de Almeida, em Paraisópolis, que vocês todos conhecem, que hoje é a maior favela do Brasil, tanto em população como em área. A partir de hoje nós começamos e vamos mostrar para todos os vereadores e para todas as pessoas que a partir deste momento a gente precisa de um cuidado especial e de bom senso da parte deles, referente à destinação das ZEIS. É muito importante também eles se atentarem a tudo que acontece no dia a dia da gente, em especial na ocupação Faixa de Gaza, em Paraisópolis, onde tem mais de 1.500 famílias acampadas. Eu falo em famílias, não em número de pessoas. Se contar o número de pessoas vai dar muito mais, em torno de cinco mil.

Uma coisa que é prioridade para a gente é que seja destinadas rapidamente essas áreas, porque todos nós, quando nascemos – não sei se todos aqui sabem -, temos um direito na Constituição, que é o de ter moradia; mas não é aquela moradia de barraco, de favela, em que muitos infelizmente acabam morando, com falta de saneamento básico e de outras coisas mais. Nós precisamos de moradia digna. Se a Constituição nos dá o direito de ter moradia, por que nós não temos? Por que eles liberam financiamento para comprarmos carros e outras coisas mais, mas para nossa moradia é tão difícil conseguir, um teto, um lar para criar os nossos filhos e viver dignamente?

É somente isso que eu tenho a falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Emanuel. Renato Sena, do Movimento Nacional de População de Rua. Vou encerrar as inscrições no final da fala do Renato. Tem ainda 30 pessoas inscritas; já falaram oito.

O SR. RENATO SENA – Boa noite a todos e a todas, companheiros. Quero agradecer à Mesa, ao companheiro Nabil, à companheira Presidente de Direitos Humanos, ao Secretário Fernando, à Secretária Adjunta Teresa.

Pessoal, é o seguinte: na última terça-feira, dia 12, viemos aqui e fizemos um manifesto, a Central de Movimentos Populares, e tivemos uma reunião aqui em cima com o Colégio de Líderes, e não nos permitiram ler todas as cartas. Então nós marcamos para hoje fazer essa nota, um repúdio, e finalmente tentar ler essa carta para que todos ouçam em bom tom, porque, como nós dissemos lá embaixo, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, e eles estão sabendo com quem estão mexendo.

Quero ler um ponto da carta que nós fizemos, que é o direito à cidade nos espaços públicos, que fala não só da população de rua, mas também de outros segmentos. Na carta que nós fizemos, lá no Direito à Cidade nos Espaços Públicos está: “A população em situação de rua, trabalhadores ambulantes, catadores de material reciclável e grupos culturais que trabalham, se apresentam ou estão assentados em espaços públicos têm sido expulsos ou proibidos de permanecer. O Plano Diretor não só deve mencioná-los como grupos a serem contemplados nos objetivos do Plano, como também devem ser incluídos nos instrumentos de política pública urbana que garanta a permanência nas áreas onde há infraestrutura, serviços e pessoas”. Esta é a carta na qual nós nos manifestamos, cada companheiro vai ler um ponto.

Bem, vamos direto ao que interessa. A princípio nós, do segmento nacional da população de rua, trabalhamos da seguinte forma: a gente procura primeiro fazer o dever para depois reivindicar direito. Então nós fizemos a nossa lição de casa. O nosso grupo estudou em parceria com o Gaspar Garcia, em parceria com o Police, com o povo da CMT(?), todo o nosso

grupo, e estamos o Plano Diretor. Por incrível que pareça, dentro do Plano Diretor não existe uma vírgula incluindo a população de rua, como se nós fôssemos invisíveis. Então nós, percebendo esse descaso da sociedade – não vou culpar todos, mas tem vereadores que não nos enxergam, porque estão lá no seu Insulfilm, no ar-condicionado e tudo mais e não enxergam mesmo...

O que eu quero deixar claro, para concluir mesmo, é que estou aqui com o dever de casa cumprido, quero entregar isso e queremos visibilidade, porque o que ocorre de fato hoje no governo? O governo reconhece aqueles que estão assentados em áreas de risco; o governo reconhece aqueles que estão assentados em favelas; o governo reconhece aqueles que estão assentados em ocupações; mas o governo não reconhece aqueles que estão assentados em praças e logradouros públicos, que é a população em situação de rua. Nós queremos visibilidade, porque nós não somos invisíveis. Não somos invisíveis. Exigimos visibilidade, independente do termo que vai ser usado, independente da terminologia. Está feita a lição de casa.

Nós queremos entregar esse Plano Diretor, mas uma questão que é mais aberrante eu não poderia sair daqui sem antes falar sobre isso. Na página 66 – vou ter que ler, é rápido. Olha só, título 3, estruturação do Plano, página 66: A proteção integral à família e à pessoa com grupos... prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis, em especial crianças, jovens, mulheres, idosos, negras e pessoas com deficiência. Por incrível que pareça, a população de rua está invisível aqui. Nós queremos a inclusão da população de rua e sair da invisibilidade para alguns governantes que estão aí.

Muito obrigado. (Palma)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Renato. O próximo é Tairton Vieira dos Santos, da comissão de moradores do Jardim Paraná; em seguida, Marcia Hirata, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

O SR. TAIRTON VIEIRA DOS SANTOS – Muito prazer, meu nome é Tairton Vieira

Santos e faço parte da comissão de moradores do Jardim Paraná. Vim cansado, direto do trabalho, porque não podia perder essa oportunidade de vocês poderem me ouvir. Dou boa noite a todos da Mesa e àqueles que estão lutando.

Há uma questão social que está acontecendo no Jardim Paraná, com a implementação do Rodoanel Norte, são algumas ações e, por isso, farei menção a um texto da Comissão: “Entendemos que a implantação do Rodoanel do trecho Norte é importante para conectar a cidade às rodovias que circundam e, por isso mesmo, é uma obra de relevância e interesse social. No entanto, entendemos, também, que a remoção das famílias que residem há vários anos no trajeto por onde passará o Rodoanel é também uma questão de relevância e de interesse social e, por isso, sugerimos que seja incorporado ao Plano Diretor Estratégico, no seu artigo 32, capítulo IV, subseção VI, do ordenamento territorial aplicável a ZEIS 4, que trata das habitações produzidas por interesse social a demarcação da área descrita abaixo como área descrita ZEIS 4, permitindo o reassentamento de famílias, moradoras de área desadensadas para implantação da estrutura urbana, em área contínua de ZEPAM, desde que preservados os remanescentes de vegetação de mata nativa. Esse é o caso das famílias residentes ao longo do eixo da Rua Catanduvas, no Jardim Paraná, que estão sendo desalojadas sem perspectivas de moradia no entorno e que deveriam ser beneficiadas com um projeto de habitação por interesse social, em área próxima ao local onde está sendo realizada a intervenção às margens da Rua Daniel Serri, no Jardim Paraná, desde 2009, quando ocorreram audiências públicas, quando pedimos que a área fosse vista.”

Aproveitando que o tempo passa e que só existem humanos direitos quando existem pessoas capacitadas para prestar atenção no social. Se faz menção da voz de um povo de 1.100 famílias que não têm aonde ir e têm apenas uma promessa de habitação.

Nós estamos ali do lado, vendo um terreno de ZEPAM, onde podem ser construídas muitas e muitas habitações. Queremos que sejamos contemplados, a fim de que possam ser ZEIS, e que nosso direito, como cidadãos, possa ser preservado.

Peço a todos que nunca desistam, porque nós vamos lutar sempre. (Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado. Tem a palavra Márcia Hirata, da FAU-USP; em seguida, a Sra. Rosa Aparecida dos Santos, do MMPT.

A SRA. MÁRCIA HIRATA – Boa noite a todos. Sou Arquiteta Urbanista da FAU-USP. Estamos falando de habitação social, e estou representando um grupo que está se deitando para entender bem como está o atendimento de habitação social nesse Plano Diretor, além de outros temas. Portanto, estamos tentando ter uma visão geral do Plano.

A parte de habitação social está bem fragilizada – sentimos isso quando avaliamos. Há várias falas, mas, quando tentamos aplicar os instrumentos, não encontramos uma garantia de atendimento, pelo contrário.

Comparando-o com o Plano Diretor anterior, vimos atendimento de classe média, de HMP, até em áreas de mananciais.

Vou tentar falar de modo geral, no sentido de que o que todos já falaram aqui, como técnicos, a nossa fala é no mesmo sentido, porque não encontramos garantias de atendimento, sendo que é esse o objetivo, principalmente, dos eixos dos corredores, eixos de transformação.

Queremos cobrar desta Câmara que o objetivo aconteça, isto é: habitação para a população de baixa renda.

Nessa direção, para conseguirmos garantir isso, quero reforçar o papel dos conselhos gestores, os quais têm que ser ampliados e fortalecidos nas ZEIS e, principalmente, quando houver proposta de habitação social no eixo dos corredores.

Sobre a cota de solidariedade, para um ano, quero questionar pessoalmente isso. Como é que a cota de terreno, que é um novo instrumento, super detalhado, estudado, sobre as porcentagens etc., mas por que a cota de solidariedade não avançou? A locação social também está fragilizada, porque, principalmente as faixas de mais baixa renda, de zero a um salário-mínimo, não tem atenção e é uma parte significativa do déficit habitacional.

Que a cota de solidariedade seja financiadora de habitação para a faixa um das áreas de ZEIS 3 e dos eixos estruturadores, como prioridade para a locação social. Que o cálculo dessa cota se dê em cima do potencial construtivo detalhado, para que ela não fique um pontinho solto no empreendimento maior nem em áreas residuais do projeto.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. ROSA APARECIDA DOS SANTOS – Boa noite a todos e todas. Meu nome é Rosa Santos, do MMPT.

Realmente, agradecemos por esta oportunidade de estarmos aqui, porque, certamente, a construção de uma sociedade mais justa se faz com a participação em conjunto do Poder Público, da sociedade e dos Movimentos Sociais.

Estarmos aqui nesta noite é uma conquista muito importante e séria porque muita gente lá atrás teve que morrer, pagar com a vida, com o sangue, para podermos estar aqui. É um momento em que precisamos aproveitar e isso nós estamos fazendo.

Estive olhando esse projeto de lei, mas muitas coisas ficaram vagas, por exemplo, estava lendo o artigo 3º, § 2º, inciso VI e VIII, ficou extremamente vago. Não podemos permitir isso, porque sabemos que as leis precisam estar muito bem escritas para a gente entendê-las. Uma vez posta a lei, para voltarmos atrás ou para revogá-la é muito difícil, sendo que para ela nos prejudicar é muito fácil, não podemos permitir que isso aconteça.

Temos aqui um manifesto das entidades populares e movimentos de moradia em defesa a terra.

Gostaria de ler sobre a habitação de interesse social, porque não pode ser cubículo nem caixa de fósforos. Queremos redefinir os conceitos de HIS para incorporar a qualidade aos projetos realizados pelos movimentos e garantir que as ZEIS sejam destinadas à habitação de interesse social, comércio e serviços a ela vinculadas.

A regra também não pode invalidar o Programa Minha Casa, Minha Vida, onde a demanda é indicada pelas entidades. Os projetos autogestionários como demanda organizadas pelos movimentos populares não podem ser ameaçados.

Realmente, é isso o que estamos querendo.

Tenham todos uma boa noite.

O SR. LAERTE – Primeiro, em nome da Secretária Dr. Tereza e da Vereadora Juliana Cardoso, saúdo todas as senhoras do plenário e, também aquelas que nos estão assistindo de outros plenários desta Casa. Em nome do Vereador Nabil e Secretário Fernando de Melo, saúdo todos os senhores.

Sou Superintendente de Projetos Avançados da Eco Latin America Habitat, um órgão da República Global Seguros das Classes Laboriais de Cultura Sustentáveis das Nações Unidas, uma central internacional que estamos organizando. A partir do ano que vem, em 15 cidades da região metropolitana, através de terrenos próprios, vamos desenvolver a construção

de habitações de interesse social.

Quanto às nossas ações focadas no Plano Diretor, temos que dizer que temos mais de 2,5 milhões de famílias que moram em áreas de proteção ambiental. A nossa proposta é que o Plano Diretor regulamente as áreas fundiárias e dê o título de propriedade para essas famílias.

Observamos que 43% das famílias que moram nas áreas de proteção ambiental têm pagado aluguel para proprietários de dois, três ou até dez imóveis, que moram em apartamentos de luxo e exploram esses moradores. A nossa proposta é que o título seja outorgado para a família ou o cidadão que esteja na posse, morando nessas áreas de proteção ambiental.

Vou parar por aqui porque tem muita gente para falar.

Era o que eu tinha para científicá-los.

Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. LUIZ GIOVANI – Boa noite a todos: Mesa, companheiros, pessoal lutador que está lá fora, prestigiando esta audiência pública.

No dia 09 de outubro, o MTST trouxe para o Vereador José Américo, Presidente da Câmara, uma proposta, a qual vou ler: “O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto vem por esta apresentar uma proposta para o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, esperando que seja acolhida por esta Casa. Esperando, ainda, que o Plano Diretor seja votado e aprovado ainda neste ano de 2013, dada a urgência das implantações das ações, reformas urbanas e viabilização das HIS no Município.

As propostas são: manutenção de todas as áreas ZEIS apresentadas no PDE encaminhadas pelo Executivo, em especial, as áreas localizadas à rua Silveira Sampaio e Oscar de Almeida em Paraisópolis que se encontram atualmente ocupadas pelo MTST e com negociação em curso; inclusão como ZEIS 3 áreas localizadas à Rua Professor Oscar Campiglia e Rua das Pedras no Parque Ipê, Campo Limpo, pertencentes à Municipalidade e, atualmente, ocupada pelo MTST; inclusão como ZEIS 3 a área localizada à Rua Alexandre Beningue, Clodomiro de Oliveira e Clara Aurora, no Morro da Lua, Campo Limpo, pertencente à Municipalidade e, atualmente, ocupada pelo MTST; inclusão na macroárea de redução da vulnerabilidade urbana e como ZEIS 2 da área localizada entre Estrada do M’Boi Mirim, Rua Clemence e Rua da Olaria; especificar e aprofundar os instrumentos de garantia do cumprimento da função social e da propriedade urbana, presentes nos artigos 72, 74 e 74;

restringir a concessão de áreas públicas a entidades sociais sem fim lucrativos, vetando esse mecanismo a empresas privadas, no artigo 124; inclusão do incentivo à produção de HIS via entidades, artigo 208, V; inclusão da prevenção de despejos forçados no artigo 208, VIII. Atenciosamente, Coordenação do MTST”. (Palmas)

O SR. IVANILDO – Boa noite à Mesa, ao pessoal do auditório, a todos os companheiros dos Movimentos. Há dois pontos que quero falar porque estamos muito preocupados, e sairei daqui triste. Moramos no Complexo do Paraisópolis. São quatro comunidades: Paraisópolis, Colombo, Pinheiral e Porto Seguro. Há um projeto de urbanização que se passa na imprensa e na mídia que Paraisópolis está sendo urbanizado, mas acho que a maioria dos companheiros e da sociedade não sabe, mas esse projeto de urbanização começou em 2004/2005, na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Estamos em 2013, mas, em relação à questão fundiária, somente receberam as escrituras 56 famílias. Estamos numa área nobre e rica, temos mais de 20 mil famílias, mas somente 56 receberam o título de posse. Isso é muito preocupante, porque sabemos que há uma especulação imobiliária muito grande.

A mensagem que quero deixar aqui para os Vereadores e nosso Prefeito é que vamos continuar ocupando, pois o nosso lema é “Ocupar, Resistir e Construir”. Há muitos terrenos em torno daquela região. Acredito que em outras regiões também.

Falando aqui que, no mapeamento, foram ampliadas as ZEISs, mas em áreas em que as pessoas já estão morando, e as pessoas que estão em cima de córregos? As pessoas do Paraisópolis, onde deixaram construir – já fiz essa denúncia no Ministério Público e na Defensoria Pública – moradias de luxo, sendo que era para construir moradia popular. (Palmas) O que vai acontecer? Nós, agora, vamos ocupar as áreas dos ricos, vamos ocupar tudo. (Palmas) Uma onda vermelha pegou a cidade de São Paulo e não vai ser só a Cidade não, vai ser o Estado. Nós vamos ocupar tudo quanto é terreno. (Palmas)

Estamos cansados. Esse plano, com todo carinho a essa mesa, com todo respeito aos nobres Vereadores da nossa cidade, eu sou nordestino, cheguei nesta cidade em 89, me acolheu a mim e à minha família, minha filhas nasceram aqui, estão estudando, estão fazendo arquitetura e amo essa cidade. Então, acho que dá para viver o pobre e o rico, todo mundo junto. De onde nós moramos não vamos sair, ali é uma área rica e aqui vou deixar o nosso recado, dali não vão conseguir nos tirar não. Agora a verdade é que as pessoas estão em cima dos córregos e não tem onde por essas famílias. Como vai acontecer? A urbanização não vai acontecer, porque de lá não vamos sair, as pessoas estão ali está há 30, 40, 50 anos, onde

elas vão morar? Então não tem terreno. Se passaram mais de oito anos e não desapropriaram o terreno, onde vão por essas famílias. Então nós vamos continuar lutando e vamos continuar ocupando.

Quero aqui dar parabéns a todos os movimentos. É uma pena que alguns companheiros saíram. Acho que é falta de educação e um recado aqui, isso é negativo para nós. É isso que nossos governantes, as nossas autoridades querem. Ou nós nos unimos, carregamos uma bandeira só ou deixamos a bandeira da vaidade, ou a gente vai ficar com essa pouca vergonha, vamos começar a ver os escândalos na imprensa e nada acontece. O cara rouba, rouba e ninguém vai preso. Agora vai lá um pobre, um desgraçado, a polícia vai para as comunidades matar o pobre, o favelado que rouba um saquinho de bolachas e milhões que roubam nada é feito. Nós estamos cansados disso aí. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Lia e depois a Dona Olga Quiroga, da União do Movimento de Moradias.

A SRA. LIA – Sou da Associação Vila Nova Esperança. Para mim esse Plano Diretor, agora que estão revendo, foi uma alegria, porque eu vi uma luz no fim do túnel, mas ao mesmo tempo para mim foi uma tristeza quando eu vi esse artigo 38, porque eu moro numa área de preservação ambiental. Então para a Vila Nova Esperança se tornar uma ZEIs, quem sabe eu já estou com 50 anos, a Vila já está há 53 anos, eu vou morrer e talvez não vai chegar a ser uma ZEIs. E olhe lá se eles virem, porque do jeito que está nesse artigo aqui eu estou duvidando muito. Então um dia, eu escutei lá na associação da casa que a Vila Nova Esperança não estava numa ZEIs porque os moradores da vila não participaram de um Plano Diretor de 2002. Eu pergunto a vocês, agora de 2013, desde quando começou esse Plano Diretor, eu estou participando e eu estou vendo as nossas expectativas morrer no Brás. É isso que eu estou vendo. (Palmas)

Eu queria pedir a todos vocês, de todos os movimentos, eu peço encarecidamente, ajude nós da Vila Esperança. Nós não temos uma bandeira como vocês, mas nós somos serem humanos iguais a vocês e precisamos de uma moradia. E de lá eu não saio, só saio

dentro de um caixão, se for preciso. É para me matar? Vai me matar dentro da Vila Nova Esperança. Falo abertamente, Sr. Promotor do Meio Ambiente, eu estou na Vila Nova Esperança, quer me tirar? Vai me tirar dentro de um caixão, mas eu vou continuar lá. Eu estou fazendo de tudo para aquela vila continuar. É horta comunitária sem ajuda do Poder Público, sem ajuda de ninguém eu tenho feito. Eu preciso da ajuda de vocês, porque da Justiça não estou tendo. (Palmas) Não estou tendo ajuda do Prefeito. Não estou tendo ajuda dos Vereadores. Eu não estou tendo ajuda de ninguém. Eu quero a ajuda de vocês. Será que eu vou precisar morrer para vocês quererem me ajudar? Depois que eu morrer, não vou querer mais. Quero enquanto estiver viva.

- Manifestação da plateia.

A SRA. LIA - Quero a ajuda de vocês. Eu não quero esperar por esse artigo 38 para ver se a vila vai se tornar uma área de ZEIS. Ela já está colocada nesse mapa, num pontinho que quase não dá para enxergar. Peço encarecidamente a vocês que estão na frente, Sr. Vereador Nabil, por favor, Sra. Secretária, lá tem um povo sofrido que precisa da ajuda de vocês. Por favor, são 52 anos, não são cinco dias. Ajude-nos, porque o Poder Público não quer nos ajudar.

Eu espero que vocês nos ajudem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Lia.

- Manifestação da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a palavra a Dona Olga, da União dos Movimentos de Moradia e, em seguida a Dona Carmen da Silva Ferreira, da Frente de Luta por Moradia.

A SRA. OLGA QUIROGA – Boa noite a todos e a todas. É muito importante estarmos aqui. É muito importante essa abertura que o Poder Público deu para o Movimento Social para estar aqui, poder falar o que nós sentimos e o que está passando pela nossa cabeça em relação a esse Plano Diretor.

Estou aqui representando o segmento vulnerável, porque não posso trabalhar só para o segmento do idoso e não falar do segmento vulnerável. Fazemos parte desta Cidade, onde somos excluídos e não somos levados em consideração.

O idoso trabalhou tanto tempo e, hoje, que está aposentado, tem de viver na terceira cama lá em cima para pagar mais barato. Idoso que ganha 678 reais e que paga 600 reais de aluguel, com que vai comer? É uma vergonha. A gente quer acabar com tudo isso. A gente quer ter uma cidade justa, uma cidade que seja para todos.

- Manifestação da plateia.

A SRA. OLGA QUIROGA – Uma cidade onde todos sejamos incluídos. Todos. Todos, brancos, negros, todos. Não só para alguns. Esse PL 688 ainda não atende as reais demandas dos excluídos da cidade. Exigimos inclusão das ZEISs dentro das macroáreas e (ininteligível) metropolitana. Nós queremos garantias de que haverá inclusão de todos os segmentos vulneráveis: idosos e mulheres, vítimas de violência, e pessoas com deficiência nos melhores lugares da Cidade. (Palmas) Nós temos direito à Cidade e queremos uma cidade digna, onde podemos morar com dignidade e sermos felizes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Dona Olga.

Com a palavra Carmem da Silva Ferreira da Frente de Luta por Moradia.

A SRA. CARMEM DA SILVA FERREIRA – Boa noite, companheiros, companheiras de luta. Quero saudar os companheiros que estão nas ruas. E dizer aos Srs. Vereadores que uma proposta, que a apresentação de um plano tão digno, que tem como proposta a vida do ser humano, não deve deixar as pessoas do lado de fora, excluídas! (Palmas) Não quero ser repetitiva porque todos têm um único sentimento, o sentimento da inclusão social, o sentimento de ser afastado de um Plano Diretor que tem como exclusividade o mercado imobiliário! (Palmas)

Queremos deixar claro que a Mesa, que os Vereadores da cidade, homens de bens, que façam uma grande reflexão. Está para estourar! A população de baixa renda não aguenta mais pagar aluguel, passar fome! (Palmas) A população de baixa renda, o trabalhador que sustenta esta cidade, que é a terceira metrópole do mundo, tem que ser prioridade. Não se deixa para depois as necessidades dos excluídos. Se falamos de um Brasil melhor, de um futuro melhor, temos que pensar que a maior prioridade de um pai de família é ter moradia digna.

Quero aqui, Nabil, deixar a você, como relator, essa reflexão: antes de aprovar: antes de aprovar as ZEIS, antes de determinar a exclusão do trabalhador para às regiões mais profundas, mais distante do mercado de trabalho, faça uma reflexão. O povo que está aqui representa uma cidade de milhões de excluídos. E esse Plano Diretor, infelizmente, beneficia uma minoria, a minoria do mercado! A prova disso são os escândalos que tivemos, recentemente, aí. Também há as grandes construtoras, há o Secovi que inibe, que exclui. É uma política higienista, uma política que afasta o trabalhador de baixa renda. Nabil, não podemos construir a cidade, não podemos melhorar a cidade sem ter o povo do lado do Poder Executivo.

Antes de aprovarem o Plano Diretor, eu tenho aqui um manifesto que queria ler, mas não posso ler. Mas clamo para esse povo, para o nosso povo moradia digna!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Tem a palavra Ailton Barros, assessor do Vereador Police.

O SR. AILTON DE BARROS – Estou falando em nome do Vereador Police Neto. Apenas quero reforçar a questão mencionada pelo representante da Associação de Moradores do Jardim Paraná quanto ao assentamento das famílias que estão sendo desalojadas desse trecho, ao lado Norte do Rodoanel, ao longo da Rua Catanduvás. Sugerimos que seja incorporado ao art. 32 do Plano Diretor Estratégico - relativamente à proteção das áreas de Habitação de Interesse Social – às ZEIS 4, para que a área à margem direita da Rua Daniel Serri, uma ZEPAM, seja transformada e se possa construir projeto habitacional de interesse social, para abrigar famílias que estão sendo removidas e assim possam manter, além de tudo, o ambiente social conquistado ao longo dos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Tem a palavra Dito Barbosa, Central dos Movimentos Populares.

O SR. DITO BARBOSA – Boa noite, companheirada! Quem está firme para continuar na luta, levanta a mão! Vamos ver.

- Aplausos.

O SR. DITO BARBOSA – Vamos então “puxar” uma palavra de ordem: o povo, unido, jamais será vencido!

- Todos os presentes repetem as palavras de ordem.

O SR. DITO BARBOSA – Companheiros, dentre tantas questões, quero tratar de duas. Quero endossar várias questões trazidas pelos vários movimentos. Por exemplo, em relação à inclusão das ZEIS nos corredores, a proposta que veio do Executivo inclui grande parte das ZEIS para fora do eixo de assentamento do desenvolvimento. Temos que trazer as ZEIS para dentro das áreas em que vai ter investimento. Se não, vai acontecer o que nós falamos: o ato do futuro, de fato, vai ser o ato do despejo. Queremos que o ato do futuro seja da inclusão, que garanta, de fato, acesso à moradia digna, à urbanização, à inclusão social e não a proposta que veio do Executivo. É uma minuta, um PL e para ele deve ser apresentado substitutivo.

O mais importante é que vejamos concretamente a inclusão das ZEIS nas macro áreas de estruturação. Para nós esse é um ponto fundamental.

Segundo ponto, e não abrimos mão, e com alguns posicionamentos anteriores temos uma leve discordância. Não concordamos com os 25% de HIS nas ZEIS. A maioria da população tem renda de 0 a 3 salários mínimos. Tem que ter, pelo menos, 75% de HIS, tem que ter maioria de HIS e não 25%! (Palmas) Fraternalmente, concordamos com grande parte das propostas, mas temos uma leve discordância. Queremos combinar com vocês todos para que tenhamos maioria de HIS nas Zonas Especiais de Interesse Social. A proposta que veio do Executivo é uma pegadinha, é muito ruim para nós. Já tínhamos nos manifestado para a Tereza, para o Secretário, mas infelizmente, a proposta veio assim do Executivo.

Para concluir, quero me manifestar com dois repúdios. Não sei quem organizou

esta audiência, mas os Vereadores, não sei o que aconteceu, mas subestimaram a nossa participação. Um momento estratégico como este, quando estão discutindo o futuro da cidade, a garantia de habitação, de moradia, esta plenária tinha de ser em local em que coubesse mais de duas mil pessoas para que todo mundo participasse, que se envolvesse no processo e não ficar lá, na rua, como ficamos e grande parte da população ficou lá fora.

O segundo repúdio é quanto à presença dos Vereadores nesta audiência pública: Nabil e Juliana. Vou pedir uma salva de palmas a vocês dois, é claro que estão nos honrando, ouvindo nossas críticas e propostas. Mas é um absurdo que não estejam aqui grande dos Vereadores, são 55 Vereadores. Cadê os Vereadores para ouvirem os movimentos populares? Esse ponto é fundamental porque, neste momento, as empreiteiras, os corruptos da Máfia dos Fiscais, estão assaltando os cofres públicos, os Vereadores tinham de dar o exemplo, deviam ouvir o povo. Se fossem as empreiteiras, os financiadores das campanhas, estariam todos aqui lambendo as botas dos empreiteiros! (Palmas)

Esse ponto é sério: é um absurdo que numa audiência em que o povo pobre, em que o povo excluído está na Câmara, que os Vereadores não apareçam, não mostre a cara na audiência pública. Já devem estar com as malas prontas, saindo em viagem de fim de semana. E nós, o povo, estamos aqui para nos manifestarmos sobre os nossos direitos.

Isso é um absurdo, uma vergonha. Queremos manifestar o nosso repúdio, e protocolar o nosso manifesto.

Viva a luta popular! Viva a nossa unidade pela luta em defesa das ZEIS e da participação popular.

Um abraço a todos, a todas.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra Marco Antonio, que cedeu para a Cida Pontes do MUHab – Movimento Unidos pela Habitação.

Estamos caminhando para o final, faltam oito inscritos.

A SRA. CIDA PONTES – Boa noite a Mesa, boa noite a todos. Faço parte do MUHab. Estava ouvindo todos que falaram, e, como disse a Carmem, fiz uma reflexão. A gente tem que ter instrumentos, mas ter a coragem de usá-los. E como o Dito falou, os Vereadores que poderiam estar nos ouvindo, os nossos anseios, as dificuldades do dia a dia, nem sempre as ZEIS vão garantir o melhor. Há muitas empreiteiras se aproveitando exatamente das ZEIS, para construir para o mercado. Há muitas construtoras que eram de alto padrão e hoje viraram para o “social”. Vão fazer moradias populares! E vão aproveitar do nosso trabalho, da nossa luta, da nossa dificuldade.

Canso de falar que pobre é igual azeitona na boca de banguela: tira toda carne e joga o caroço lá longe. É dessa maneira que fazem com a gente. A gente luta, luta, os nossos movimentos, os anseios, os despejos, as ocupações, as críticas... Levamos sete tiros o ano passado, aqui na Riachuelo. E o prédio está lá, sem função social. Está lá, jogado.

Temos que usar então os instrumentos da função social para os prédios do centro. Tem que ter coragem, juntar os três poderes para ajudar a população a morar próximo ao local de trabalho, aonde tenha infraestrutura. Essa sempre foi uma discussão dos movimentos sociais. Podem criar vários instrumentos, mas já tem muita lei. Está escrito no 5º art. da Constituição: “Todo cidadão tem direito a uma moradia digna”. Mas é só no papel! O papel está lá, todos leem, sabem dos seus direitos. Mas na hora dos direitos, nós apanhamos, levamos tiro! Somos chamados de tudo quanto é nome, somos tratados como se não fizessemos parte da cidade.

Quero deixar claro o seguinte: juntem os Vereadores de verdade para mudar esta cidade, para conseguir realmente “implementar” esse Plano Diretor!

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra Elvis Santana Costa do MTST.

O SR. ELVIS SANTANA COSTA – Boa noite, gente! Boa noite, MTST! Boa noite,

Mesa. Estamos aqui para reivindicar nossos direitos. Quando vocês vão pedir voto, vocês prometem mundos e fundos, e cadê a nossa moradia?

Em primeiro lugar, quando procuramos os nossos direitos de ter moradia, nós não somos bandidos. Não somos assassinos! Primeiro tem que educar os seus policiais que nos tratam como se fôssemos bandidos. Companheiros, trabalhadores que estão em busca de seu sonho merecem respeito para vocês também terem.

Outra coisa, nós não podemos ser expulsos de um lugar que é nosso. As áreas ficam vazias, ficam juntando entulho, lixo, e são terrenos sem utilidade e nós continuamos sem moradia. Cadê então as promessas de vocês? Onde estão? Nós queremos que cumpram. E não só vocês, mas vocês também fazem parte.

Quando saímos às ruas gritando os nossos direitos é para que não só nos respeitem, mas nos ajudem a cumprir o que vocês prometeram. A gente não está aqui para dar de frente com a polícia, mas para ter os direitos que vocês prometeram. Cumpram!

Outra coisa, MTST não é para ser despejado. Estamos lutando para ter moradia. E vocês prestem atenção no que vocês prometem, é moradia, nós só queremos moradia. Não são mansões, não!

Concluindo, quero dizer que queremos respostas, queremos providências, queremos moradia. Não é ser despejado, não. MTST!

- Os presentes respondem com palavras de ordem!

O SR. ELVIS SANTANA COSTA – Estamos lutando. Esperamos que lutem em nosso favor e em favor daqueles que têm o mesmo objetivo: moradia!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra Anaí Rodrigues, Defensora Pública, pertence ao Núcleo de Habitação.

A SRA. ANAÍ RODRIGUES – Boa noite a todos, a todas. Para quem não me conhece, sou defensora pública e quem não conhece a instituição explico que é a instituição

responsável pela garantia de acesso à justiça às pessoas que não têm condições de contratar um advogado. Garante, portanto, acesso à Justiça da população historicamente excluída do nosso Estado. Particularmente, coordeno o Núcleo de Habitação e Urbanismo e é sob essa perspectiva que me coloco neste debate.

Sobre o tema de hoje identificamos como prioritária as propostas formais. Elas vão sendo encaminhadas à Câmara, e hoje queremos pontuar os aspectos centrais dos temas prioritários, os quais são importantes para o debate de hoje.

O primeiro deles são as garantias. O Plano Diretor está totalmente pensado nos eixos estruturantes. Essa é a linha mestra do Plano. Então, é primordial que os eixos estejam voltados à construção de Habitação de Interesse Social. É importante que o adensamento nesses eixos faça todo sentido se for para incluir, se for para ter HIS. Se não for para incluir, não faz sentido. Essa é uma premissa a ser trabalhada.

O segundo aspecto é que o investimento público, a política pública, o esforço público tanto de investimento quanto de trabalho, de tempo, de espaço tem que ser voltado prioritariamente para HIS. No Plano, tal qual está, há previsão de HMP em área de ZEIS, que não tem sentido. Áreas de ZEIS tem de ser voltada à HIS. Essa tem de ser a grande prioridade. A grande demanda da cidade é por HIS, então é aí que tem de concentrar o esforço. Não que a construção de HMP não seja importante, entendemos que o mercado dá conta, não precisa então de investimento público.

O terceiro ponto é um olhar especial, o qual não é contemplado no Plano atual. Avançou um pouquinho no PL, mas acho que não está suficiente para a faixa de zero a um. Não basta política pública para a faixa de zero a três. O mercado sempre vai construir para a faixa mais alta e na faixa de zero a um a demanda é enorme que precisa de um olhar especial. Por exemplo, pensando em cotas específicas dentro das construções de HIS, é preciso um olhar especial. E a faixa de zero a um não é por meio de financiamento público de habitação, tem que ser por meio de outras políticas públicas. Ainda não temos essa cultura de locação

social, de permissão de uso, de concessão de uso, de outras formas de acesso à moradia que não a aquisição, mas precisamos estabelecer.

O quarto ponto seria, então, a garantir do cumprimento da função social da propriedade e da posse em duas vertentes. A primeira, para garantir que a posse das famílias seja respeitada no caso de interesse público de determinada área, como, por exemplo, no caso de uma desapropriação, para que não aconteça o que está acontecendo hoje no Rodoanel. A posse das pessoas tem que ser respeitada e, se o Poder Público precisar daquela área, a posse das pessoas tem que ser respeitada, considerada e indenizada. O segundo ponto é que as áreas ociosas da Cidade sejam usadas para garantir esse interesse público e a habitação social.

A alta aplicabilidade dos instrumentos, como o IPTU progressivo, o PEUC, a desapropriação, o abandono, a cota de solidariedade, para garantir que, de fato, a propriedade cumpra sua função social e a função de garantir uma Cidade mais justa e a construção de HIS para a população da Cidade.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO – Boa noite a todos. Falo como arquiteto da Prefeitura por 34 anos e trago a minha colaboração. Uma nova redação para o artigo 10, inciso 22, que trata da acessibilidade das unidades de HIS e HMP, que consiste no seguinte: Habitação de Interesse Social – HIS e aquelas destinadas ao atendimento habitacional das famílias da baixa renda, podendo ser de promoção pública ou privada, tendo, no máximo, um sanitário e uma vaga de estacionamento acessível e com dimensões internas que atendam o desenho universal e classificando-se em dois tipos. Justificativa: atender à legislação federal de acessibilidade para idosos, deficientes, obesos, crianças, gestantes, acidentados e pessoas com deficiência de mobilidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Alex Albuquerque, da Fepac.

O SR. ALEX ALBUQUERQUE – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa e os representantes dos movimentos populares. Estamos sempre na guerra, na rua e por isso estamos aqui para mostrar que realmente necessitamos.

Sou membro da Fepac – Federação Paulista de Associações Comunitárias, deste Município, e da Muhab. Como o nosso companheiro Dito falou sobre o nosso documento, quero fazer um esclarecimento em relação ao que está sendo proposto.

No item 2 do nosso documento, está sendo proposto o seguinte: garantir, fora do corredor, mas dentro do eixo de desenvolvimento metropolitano, que o percentual de 25% seja destinado à Habitação de Interesse Social – HIS. Ou seja, nesse eixo, para o qual não há nenhuma previsão de ZEIS, criar áreas para HIS. Estaríamos, então, ampliando as áreas de ZEIS. Esse é o nosso objetivo, e esse é o papel que a Muhab está fazendo.

Estamos sempre abertos, e os movimentos têm que conversar para fortalecer o nosso trabalho, porque, quando unificamos propostas, vamos mais à frente. Se não unificamos, é porque não estamos conversando. Conversando, podemos trazer uma proposta mais unificada, com muito mais propriedade.

Em relação ao Plano Diretor, todas as propostas são necessárias à Cidade. Resta-me pensar um pouco mais amplamente a questão. Quando as áreas começam a ter infraestrutura, *shoppings* e melhorias, as pessoas que estavam na região, aparentemente periférica, acabam sendo excluídas e empurradas para os morros, para bem distante. Parece que toda infraestrutura não é feita para nós que estamos na periferia e sim para os outros que virão, que pagarão por ela. Mas por que a cidade de São Paulo tem que ter a área do rico e a área do pobre? Temos que ter áreas dos cidadãos paulistanos, não a área do rico e a área do pobre. Vamos miscigenar, porque somos um povo oriundo de todos os povos. Vamos, então, promover a miscigenação, vamos misturar todo mundo. Onde o rico mora, queremos morar

também, porque eu também quero ter direito ao cinema, ao *shopping*, a levar meu filho a um parque de diversões, quero ter mobilidade. Por que o pobre não pode sonhar e ter tudo isso? Temos que ter, sim. Tudo o que o rico tem, queremos ter também. Infelizmente, para ter o dinheiro que eles têm, temos que trabalhar um pouco mais, mas queremos ter todas essas possibilidades.

Mais uma vez: a Muhab quer conversar. Estamos sempre prontos para isso.

Obrigado pela oportunidade. Até Brasília. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Julia Moretti, do Escritório Modelo, da PUC.

A SRA. JULIA MORETTI – Boa noite a todos. Primeiramente, quero louvar esta iniciativa, pois quem está à frente juntamente com os movimentos, na advocacia popular, trabalhando nessa frente de resistência dos movimentos e das ocupações que existem hoje na Cidade sabe como o tema ZEIS é importante.

Quando falamos de ZEIS, pensando nos dois grandes tipos, em ZEIS 1, temos que garantir no Plano que sejam marcadas todas as áreas que não foram marcadas no Plano anterior. Como já foi falado aqui, as ZEIS 1 tem que atender o morador que está na área. Não tem que estar prevista HMP ou ZEIS. As ZEIS 1 é uma área de regularização, e o Plano Diretor tem que ser mais claro no que se propõe para as regularizações fundiárias. Não adianta somente falar sobre ZEIS, temos o marco nacional sobre regularização, e o Plano Diretor tem que ser mais claro sobre o que quer para regularizar essas áreas de ZEIS 1, garantindo a permanências dessas populações. Somos contra essa mescla que foi introduzida, porque achamos que ela já existe, já está lá, e é isso que tem que ser garantido.

Em relação às ZEIS 2, as ZEIS de vazios, elas têm que ser garantidas nos eixos estruturadores. Inclusive nas próximas áreas que estão ocupadas hoje e que serão desapropriadas para obras de infraestrutura e para estruturação desses eixos, tem que se reservar uma porcentagem grande. O Plano tem que prever que porcentagem será destinada.

Uma cidade que leva a sério as ZEIS 2, as marca de forma clara e não coloca somente na periferia ou em lugares fora da cidade, pois, com uma simples sobreposição com aquela escala que está no jornal, vemos que ZEIS 2 inclusive estão sendo abrangidas por áreas de parques. A Cidade tem que ter, sim, um grande número de áreas que podem contemplar essa habitação. Então, tem que se marcar nos eixos estruturados.

Além disso, articular as ZEIS 2 com os instrumentos de indução da Política Urbana. Trouxe alguns casos e algumas fotos, se houver interesse. Para quem está trabalhando nisso, sabe que, no Plano Diretor de 2002, foram marcadas as áreas de ZEIS 2, mas várias delas foram usadas para outros fins, como os institucionais, habitação de alta renda e mercado, que não precisa de ZEIS para funcionar. O que se precisa é articular os movimentos de indução com as ZEIS 2, o que não está previsto no projeto de lei.

Para um processo democrático, no qual a população possa controlar o que tem em ZEIS 2, esse mapa tem uma escala muito difícil. Vocês já têm um instrumento, o Habisp, da Prefeitura. Podia ser disponibilizado nesse processo de aprovação do Plano Diretor o que está sendo pensado sobre ZEIS 1, 2, 3 e 4 numa escala que seja acessível, em que o morador possa definir se a área onde mora é de ZEIS ou de Zepam por meio de consulta no Habisp, porque, a partir dessa escala, ninguém consegue saber. O Habisp seria uma ferramenta muito mais útil para saber, por exemplo, se o eixo estruturador pertence à ZEIS ou à Zepam.

Então, num processo democrático, é preciso que consigamos visualizar de forma clara onde estão sendo marcadas essas áreas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Ivanete, da Frente de Luta de Moradia.

A SRA. IVANETE – Boa noite a todos, companheiros de luta. Agradeço às pessoas que estão lá embaixo, no térreo, que permanecem conosco até a luta final.

Coordeno o MSTC juntamente com as companheiras Carmem e Jumarina, além de

todos os companheiros coordenadores das ocupações.

A ideia das ZEIS no Plano Diretor deu início em 2002. Desde então, quantas moradias foram construídas para famílias de baixa renda? Eu gostaria de uma resposta, porque o mapa não mostrou. Deveriam ter colocado o histórico de quantas moradias foram construídas e quantas famílias estão morando nessas moradias.

Não desmerecendo ninguém, mas sendo direta, estamos cansados disso. Acho isso uma falta de respeito conosco, trabalhadores, que têm que se preocupar porque amanhã ou depois correm o risco de ser despejados e não têm onde morar. Existem recursos, que não estão sendo aplicados de forma digna e transparente.

Aproveito para pedir aos senhores que sejam mais transparentes da próxima vez, quando forem fazer a apresentação completa.

Outra questão acordada é que não queremos 25% de demanda em prédios que estão com o decreto de interesse social. Queremos cem por cento da demanda. Além disso, só decretar não significa que o prédio ainda pertence. Queremos, então, que se decrete, que desaproprie, que reforme, que ponham as famílias retiradas num local de qualidade, e que traga as outras e lhes entregue as chaves nas mãos, pois elas lutaram para isso. Essa é uma das nossas reivindicações.

Quero, agora, fazer um manifesto de repúdio. Estamos em ocupações na área central. Existe um laudo dos Bombeiros, a pedido do Ministério Público, que alega que os sem-teto estão em risco nos lugares onde estão morando. Por que não foram saber onde estavam antes para dizerem se estavam ou não em risco? Quer dizer, então, que devem primeiro tirá-los antes da ocupação? Para mim, isso é uma estratégia para tirarem nossas famílias das ocupações. Se querem nos tirar das ocupações, que nos levem para um local digno, com qualidade de vida e não nos empurrem para isso, não.

Sobre a situação dos moradores de rua, está faltando política de atendimento com qualidade e com dignidade. Não existe essa política, mas não é assim na prática.

Para nós, o PL 688/13 está descartado. Não somos favoráveis a ele. Há muita coisa ainda a ser discutida com a população, com a comunidade. Estamos aqui para discutir o projeto de lei, o Plano Diretor, as ZEIS, porque, afinal de contas, quem vai morar e pagar somos nós e não queremos nada de graça de ninguém.

A página 83 do jornal divulgou quantos metros quadrados para Habitação de Mercado Popular, até 50 metros quadrados, e, para HMP, de 70 metros quadrados. Mas, para Habitação de Interesse Social, HIS, não há. Quantos metros quadrados são? Queremos morar em habitação de dois quartos, com sala, cozinha e *playground*. Além disso, trabalhamos também para ter o nosso carro, porque merecemos. Queremos ter tudo, ter bicicleta e lugar para guardá-la. Se não estão conseguindo fazer tudo isso, que passem os recursos para as entidades, que elas fazem, e bem feito.

Se continuar da forma que está, a especulação imobiliária vai aumentar, e nós vamos continuar ocupando. Enquanto houver insatisfação, a ocupação vai continuar.

Uma vez, acampamos na porta da Câmara Municipal e não nos foi permitido sequer usar o banheiro. Se continuar desse jeito, vamos fazer um banheiro coletivo na porta e daqui não vamos sair.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso, a quem agradeço a presença, pois não é da Comissão de Política Urbana, mas acompanhou aqui a audiência inteira. Uma salva de palmas para a Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigado, Vereador Nabil. Estou com a minha amiguinha Maria, que desde pequena já está aqui na luta para garantir a moradia, com os companheiros.

Fico bastante feliz. Estava olhando a carinha dos companheiros e companheiras da terceira idade, da população de rua, de moradia, de outros movimentos com os quais às vezes nos esbarramos, que não foram poucos, feitos para conquista da moradia.

E fico aqui pensando: não há muito tempo, o *Estadão* e a *Folha* fizeram uma matéria bastante agressiva em relação aos movimentos de moradia, dizendo que esses movimentos eram ligados aos mandatos. E quando me procuraram, disse com todas as letras: “Tenho muito orgulho de ter parceiros do movimento de moradia que acompanham o meu mandato”. Aqui, aprendi muito com vocês, com a luta de cada dia, não só nas manifestações. Sofremos muito na gestão Kassab, de chorar, muitas vezes, porque não conseguíamos – e estão presentes as doutoras da Defensoria Pública que acompanharam muito as reintegrações de posse – mais segurar alguma ocupação por algum motivo judicial. E nessa caminhada fui descobrindo cada movimento, Secretário. Eles estão nessa luta, diariamente, de busca pela moradia social, mas também pelo direito à Cidade, não só de usufruir da moradia, mas ter depois acesso às políticas públicas. E há, sim, um processo de politização, e é muito importante as pessoas saberem quais são seus direitos e virem aqui se manifestar.

Hoje foi um dia muito especial. Pena que não houve espaço suficiente, porque, infelizmente, a Casa parece que é enorme, mas, na hora em que o povo começa a chegar, não há espaço suficiente para acomodar todo mundo. Quem sabe ainda consigamos fazer um auditório onde caibam bastantes pessoas.

Este é um momento importante e esta audiência foi especial em relação à questão das moradias sociais. Eu vim para ouvir, porque confesso que o Plano Diretor é uma matéria difícil, especialmente para nós que não somos professores, que não temos essa questão urbanística no dia a dia e temos de analisar essas questões técnicas, e vejo que o movimento de moradias se organiza com a Defensoria e com outros técnicos e leem, estudam, para conseguir dialogar aqui e incluir nossas propostas.

Quero ser parceira nesse processo, principalmente para essa construção, porque fizemos um Plano com a Marta. Iniciamos esse Plano, por meio do Nabil, com todos os movimentos da sociedade civil, uma organização de 8 anos nesse processo. Não avançou nada, e agora retomamos, e com uma experiência melhor, porque já vimos, nesses 8 anos,

quais são as mudanças necessárias.

Então, Secretário, peço a V.Exa. que também ajude. E ouça. Ouça muito os movimentos de moradia da sociedade, porque eles sabem a dificuldade que há na ponta, e muitas vezes os técnicos não visualizam a região, não a veem, e acabamos fazendo alguma ação técnica sem olhar o ser humano. Quando isso ocorre, há uma dificuldade muito grande, que, lá na ponta, não conseguimos reverter.

Com essa pouca experiência que eu trago – ainda não tenho muito a contribuir – aprendi a ouvir muito o movimento social de moradia, defensoria pública, entre outros técnicos que acompanhando o dia a dia nas ruas. Por isso, estamos com maior e melhor conteúdo para organização desse Plano Diretor.

Claro que há outros interesses, e o movimento sabe que existem e vai fazer enfrentamentos. Cabe ao Governo entender e usar esse enfrentamento como uma questão positiva para atender a população.

Nobre Vereador Nabil, muito obrigado, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Muito obrigado, Juliana. Vou falar não como Presidente da Mesa, representando o presidente da Comissão, mas como relator e como profissional arquiteto que trabalha há 35 anos com a questão da habitação.

Em primeiro lugar, acho que temos uma responsabilidade – esta Casa, a Câmara Municipal – de ouvir aquilo que vocês estão falando. Ouvir a gravidade da questão da moradia na cidade de São Paulo. Nós sabemos disso, mas sempre é importante a presença de vocês para que isso seja mais ressaltado, mais evidenciado, para que esta Casa possa ouvir isso mais vezes.

Fiquei muito feliz com esta audiência, apesar de não termos podido comportar todas as pessoas que vieram a esta sala, ao outro auditório. E também terminar com muito menos pessoas do que quando começamos. Acabar a audiência pública é importante para discutirmos os encaminhamentos.

Estiverem presentes os principais movimentos, as articulações de moradias em São Paulo. Quero parabenizar todos vocês, porque colocaram questões muito complexas e muito objetivas. Não sei se será possível resolver essas questões, todas elas, mas foram muito positivas do ponto de vista do que considero uma questão que ocorre hoje na Cidade, e é essa questão que queremos discutir. Existe uma luta pela terra na Cidade. A cidade de São Paulo não tem mais como se expandir. O problema da moradia popular no passado foi se resolvendo como? Esticando-se a cidade e garantindo um lote precário, uma área de risco precária, uma situação para a população de baixa renda. Foi assim que a cidade foi empurrando com a barriga esse problema sem política de habitação.

Entretanto, hoje não dá mais para fazer isso, porque a Cidade chegou aos seus limites. Em segundo lugar, porque o povo está organizado e reivindicando suas questões. Então, essa questão coloca um conflito. Não vamos escamotear a questão. Existe um conflito pela terra na Cidade, um conflito de usos. Porque não é só a moradia dos ricos com a dos pobres ou da classe média. São vários usos que disputam o território da Cidade, o comércio, o serviço, as atividades econômicas, a logística. Existe um conjunto de conflitos que precisam ser equacionados. Então, o Plano Diretor é um instrumento para tentar dar uma resposta e possamos e equacionar essas diferentes demandas de terra na Cidade.

E aí, evidentemente - e é por isso que falamos de ZEIS, que há 20 anos discutimos a questão das ZEIS, muito antes do que quando elas foram introduzidas no Plano Diretor de 2002 -, há muito tempo discutimos ZEIS; está se discutindo agora cota de... (ininteligível)... Por quê? Porque temos de ter mecanismos de proteção para a população de baixa renda, para evitar que a habitação e essa disputa pela terra sejam resolvidas única exclusivamente pelo poder econômico. Isso porque, como a terra se transformou numa mercadoria, se a deixarmos ao mero desenvolvimento do mercado, ela vai ser excluída daqueles que não podem pagar. Então, esses instrumentos são para garantir um espaço para aqueles que não podem concorrer, no mercado, na Cidade. E, em primeiro lugar, a Constituição de 1988, quando

conseguimos introduzir um capítulo de reforma urbana; depois, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor vêm, numa sequência, buscando viabilizar essas condições na legislação.

Aí quero chamar atenção à seguinte questão: não basta só a legislação. Temos de tê-la, temos de garantir a defesa, mas muitos daqui comentaram: "Havia as ZEIS, e não se produziu habitação", porque nós sabemos que não basta só legislação. Temos de ter legislação e temos de ter gestão. O que significa gestão? Significa capacidade de produção de moradia de interesse social, com forte de recursos próprios e com capacidade de execução.

Nisso está se falhando brutalmente em São Paulo. Então, o problema não é que faltava a ZEIS em São Paulo. O problema é que faltavam possibilidade e condições, porque a Prefeitura não fez isso, nesses 10 anos, de produzir habitação, de usar essas ZEIS para produzir Habitação de Interesse Social e o mercado é insuficiente para poder dar conta dessa demanda, por razões óbvias, porque o mercado sempre trabalha com aquela questão de fechar a conta. E aí, obviamente, não fecham a conta quando há Habitação de Interesse Social.

Então, essa questão está colocada. Vamos ter de, daqui até o texto final, debater as várias questões que foram colocadas aqui, várias propostas.

Tivemos uma proposta que foi trazida na terça-feira pelos Movimentos de Moradia; tivemos a proposta do Muhab, que também foi organizada; tivemos propostas que foram apresentadas pelo MTST; há as propostas mais específicas de cada região.

Eu queria pedir a vocês e a seus movimentos, pois há representantes de vários movimentos, que a discussão sobre habitação não se encerra hoje, está certo? A discussão sobre habitação vai continuar nas próximas audiências públicas. As questões específicas que foram levantadas aqui, de áreas em diferentes regiões da cidade, elas podem e devem ser trabalhadas também e discutidas nas audiências públicas regionais, para que possamos, então, a partir daí, ter um quadro geral das diferentes demandas, as demandas mais gerais que estão expressas nos capítulos de Habitação e as questões territoriais - localização de

ZEIS, de assentamentos que não eventualmente são ZEIS e outros que precisam ser enfrentados e que estão em base territorial das várias regiões da Cidade.

Quero também dizer que tivemos contribuições importantes também dos técnicos, da Defensoria, da Faculdade de Arquitetura e de outros movimentos e associações que trouxeram, então, propostas concretas para qualificar o texto.

Finalizaria dizendo o seguinte, que o trabalho da relatoria é exatamente poder reunir esse conjunto de contribuições, conjunto de propostas, debatê-las à luz da proposta do Plano Diretor, do Projeto de Lei 688, que foi aqui bem apresentado pela Tereza, e que traz, na sua base muito daquilo que se falou aqui. Quer dizer, quando o Plano Diretor propõe a cota de solidariedade, não regulamenta. Se conseguirmos avançar no sentido de regulamentar, vai ser muito bom. O Plano Diretor fala da ZEIS. Se são insuficientes, é só olhar o mapa para vermos que há ZEIS no Centro e há ZEIS na periferia. Na área intermediária, temos poucas ZEIS. Talvez possam ser pensadas alternativas em relação a isso, certo?, para podermos ter efetivamente, contemplar, aquilo que muitos falaram, que é ter moradia próxima das melhores regiões da Cidade e me parece que essa questão é fundamental, que não podemos abrir mão e temos de garantir que o Plano Diretor possa contemplar.

Eu finalizaria minha fala dizendo que acho que sairemos daqui desse processo, talvez, não atendendo tudo aquilo que vocês estão pedindo, mas podemos avançar bastante em relação àquela proposta inicial; podemos incorporar questões importantes que foram levantadas. Para isso é muito importante vocês conversarem com outros Vereadores que não só esses dois que estão aqui, porque nós - eu e Juliana - temos uma história com o Movimento de Moradia, de muitos e muitos anos, certo? Mas é importante sensibilizar outros Vereadores, sensibilizar outros segmentos da sociedade. Não podemos ter aquela visão de que existe uma luta. Existe uma luta pela terra, mas isso não significa que tenha de existir uma luta dos pobres contra os ricos.

Acho que hoje, na cidade de São Paulo, para todas as classes sociais, interessa

que haja moradia de interesse social distribuída em todo o território; que toda a população têm direito àquelas condições adequadas de moradia. A não ser quando exista gente preconceituosa. Sabemos que existe, mas precisamos construir uma proposta que garanta o direito para todos, não no papel, mas na prática. (Palmas) Para isso precisamos ganhar a sociedade para essas teses, certo? É importante que se dialogue com todos os segmentos sociais para que essa visão possa ser uma visão vencedora no projeto. Acho que tanto o Executivo como o Legislativo estão abertos para essa visão e a questão é como vamos equacionar essa grande e complexa situação da cidade de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com certeza. Eu até ia falar sobre isso. Vamos ter de fazer isso, chamar os representantes dos vários movimentos para poder discutir com o Executivo também - porque é muito importante a Secretaria de Habitação e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - para que possamos fechar um bom encaminhamento para essa questão.

Antes de encerrar, vou passar, então, ao Secretário Fernando de Mello Franco para que possamos ouvir também o Executivo, depois de todas essas falas. Foram 34 pessoas que falaram aqui, entre Vereadores e população. Acho que foi bastante representativo dos vários segmentos sociais envolvidos com esse tema.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu não posso garantir que todos os Vereadores estejam presentes. O que eu posso fazer é convidar todos os Vereadores da Comissão de Política Urbana, que é onde o projeto está. O projeto tramita inicialmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e de lá para a Comissão de Política Urbana, que é a Comissão de mérito. Então, o projeto está na nossa Comissão, que apresentará o relatório que o relator irá preparar. O que posso fazer é convidar todos os Vereadores da Casa e realizar essa discussão em conjunto com os outros Vereadores da

Comissão de Política Urbana para que possamos fazer isso. Não posso garantir necessariamente a presença de todos, mas vocês, na forma de uma comissão, podem procurar todos os Vereadores para dialogar sobre a importância das questões colocadas aqui, que me parecem legítimas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – A cidade de São Paulo é uma cidade muito grande. Se fizermos outra audiência pública que trate do tema habitação... Há, prevista, uma audiência pública para tratar das áreas ocupadas. Queremos que as lideranças conversem com a gente para estabelecer qual é a previsão de público, porque uma audiência pública amplamente convocada pode ter 10 mil pessoas, e não teremos nenhum espaço na Cidade para isso. Precisamos garantir um espaço que seja compatível com a quantidade de pessoas que o movimento mobilizar. A própria Presidência da Casa organizou algumas audiências públicas regionais em espaços maiores, com transmissão ao vivo pela televisão. Talvez pudéssemos fazer uma audiência pública de habitação nesses moldes. Preciso conversar com o Presidente, porque isso tem custos, mas que possamos fazer uma audiência pública que dê a maior possibilidade de participação. Para isso, temos que ter previsão, e temos dificuldades de dispor de espaços grandes. Não dá para convocarmos uma audiência pública para um espaço com capacidade para 4 mil pessoas, em um dos maiores auditórios que há na Cidade, e de repente virem somente 300 pessoas. Precisamos saber calibrar uma situação com a outra: quantas pessoas se prevê que virão e quantas pessoas efetivamente podem caber.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vou passar a palavra ao Secretário, para que faça sua manifestação final e responda algumas questões.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Eu queria, na verdade, agradecer a todos vocês pelas contribuições. Nós as escutamos e estamos já dialogando com uma série de entidades, não apenas de movimentos populares, mas de todas as representações da Cidade,

afinal de contas o Plano Diretor é um plano para o qual temos que achar um acordo comum entre todas as forças que atuam na Cidade. Essa é a dificuldade do Plano, porque, como o Vereador Nabil bem colocou, a Cidade é um campo de disputas.

A Juliana tem total razão quando diz que de fato o Plano é bastante complexo e difícil de entender. Estamos trabalhando bastante para tentar justamente ajudar para essa compreensão. No site Gestão Urbana, que vocês já conhecem, temos colocado cada vez mais material. Estamos fazendo inclusive desenhos explicativos das coisas mais importantes, dos conceitos mais difíceis de entender. Há, nesse site, arquivos que se pode ampliar. O site tem resolução suficiente para uma ampliação tal que cada um de nós possa reconhecer sua própria casa. Há também um arquivo que a gente pode lançar no Google Maps para ler nome da rua e todas as informações que encontramos. Estamos trabalhando para que todos possam compreender.

Por meio desta conversa, posso dizer que, ainda que o Plano seja muito complexo, vocês entenderam coisas fundamentais. Isso me dá muito satisfação. Uma dessas coisas, que é um dos eixos estruturadores - um dos grandes pontos que estamos defendendo e continuaremos a defender arduamente durante todo o processo de debate e votação na Câmara – são os eixos de estruturação da transformação urbana, que são justamente esses eixos urbanísticos organizados a partir não apenas dos corredores de ônibus, mas também dos outros sistemas que competem ao Estado: trem, metrô, VLT, o que seja. Essa é uma questão fundamental.

Observo, nessa conversa, que grande parte do pleito de vocês é o direito de poder encontrar áreas possíveis e mecanismos possíveis de produção de habitação popular ao longo desses eixos. Portanto, ficou claro que vocês estão disputando esse território. E se vocês estão disputando esse território, é porque ficou claro para vocês que esse território pode ser muito bom. E não é porque ele tem uma bela vista para qualquer lugar, é porque o Plano está sendo pensado a partir de uma lógica segundo a qual, de fato, estamos tentando promover

articulação de todas as políticas setoriais: habitação, transportes, espaço público, equipamentos, centralidades comerciais, oferta de empregos etc., etc., e, dessa forma, multiplicar, com os recursos existentes – sempre finitos –, o máximo de efeito possível.

Estamos na verdade querendo propor talvez outra forma de toda a Cidade se relacionar com ela mesma, que é: não mais a partir do automóvel, não mais a partir de uma desconcentração e difusão da Cidade, não mais em repúdio ao transporte coletivo. A partir do momento em que estamos expondo e vocês reconheceram o valor de a gente morar onde não apenas há empregos, ou onde há casas, ou onde está nossa comunidade, onde há oferta de bens e serviços que me permitem inclusive mudar de ideia e me apaixonar por uma pessoa que mora em outro lugar distante da Cidade e poder chegar a ela, é fundamental também promova os meios de circular por toda a Cidade, e que a Cidade seja qualificada em sua totalidade.

Os mapas que vocês viram aqui são apenas de uma primeira fase de corredores e linhas de metrô já existentes ou licenciados dentro deste ano, mas a perspectiva de um plano que dure os próximos 10, 12, 16 anos é de uma ampliação de tudo isso. A gente tem já uma perspectiva bastante positiva de repensarmos a forma como podemos nos relacionar com a Cidade a partir desses eixos já comprometidos – que tendem a crescer e, ao crescer, vão apresentar muito mais oportunidades ainda para tudo isso que vocês estão pedindo, que não é só casa, mas uma Cidade com tudo o que ela pode oferecer.

Saio daqui muito satisfeito por perceber que vocês de fato entenderam coisas que são fundamentais para nós. Se não fossem fundamentais e se a gente não fosse defendê-las, não teríamos colocado nesse projeto de lei enviado à Câmara Municipal. Há, aqui, um começo muito promissor.

Quero também manifestar que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e outros órgãos, outras Secretarias da Prefeitura estão absolutamente disponíveis, engajadas e colaborativas com a Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal, em especial com a

relatoria, para, durante esse processo de discussão e de redação daquilo que for necessário de aprimoramento do Plano. Nós daremos – aliás, já estamos dando – total apoio para esse processo. Estamos não apenas solidários à Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal, mas também à causa de vocês, que julgamos absolutamente legítima e abraçamos.

Boa noite e muito obrigado. (Palmas)

- Manifestações do Sr. Dito, longe do microfone, sobre as HIS.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Dito, todo o trabalho que vamos fazer será o de repensar essa questão para ver quais são as possibilidades. Certamente, a Secretaria estará, como o Secretário Fernando acabou de falar, colaborando nessa perspectiva de tentar viabilizar o máximo possível o espaço para habitação e nos eixos. A fala do Fernando foi muito precisa nesse sentido.

Temos que aumentar a produção de espaço habitável na Cidade. Essa é a questão. (Palmas) Quando falamos que se vai adensar ao longo dos eixos, significa que temos que conseguir produzir mais espaço habitável na Cidade. E, dentro desse mais espaço que tem que ser produzido, uma parte muito significativa tem que ser para habitação de interesse social. A ideia é que isso se produza próximo a locais serviços por transporte coletivo, que vocês sabem que é um espaço disputado.

Agora, como se equaciona isso, teremos que discutir: se é colocando ZEIS nos corredores; se é prevendo uma cota de solidariedade em todos os empreendimentos; se é prevendo algum mecanismo de aquisição de terra significativa para o Poder Público, criando um fundo para aquisição de terra para habitação etc. Sabemos que esse último ponto é o grande nó que temos.

Temos que pensar, daqui até a aprovação do Plano, em alguma coisa que consiga enfrentar esse problema. Porque, se não enfrentarmos o problema da habitação, não vamos enfrentar o problema da Cidade do futuro: da habitação social, que é o grande déficit.

Esse é o caminho que teremos que trilhar. Não será fácil, porque vocês sabem em

uma economia de mercado. A terra é uma mercadoria, e isso não se resolve em âmbito municipal. Temos que encontrar mecanismos para poder viabilizar aquilo que estamos buscando. Nosso objetivo está claro. Acho que ninguém aqui tem objetivo diferente. A proposta do Executivo, o que vocês falaram, a intenção dos Vereadores, tudo converge para o mesmo objetivo. Agora, temos que encontrar os mecanismos, os meios, os instrumentos para que isso possa de fato se concretizar. Essa é a disposição de todos nós. Vamos ver se teremos criatividade, competência e força política – que é muito importante – para garantir a implementação disso.

Isso que você propôs, Dito, é muito importante. Vamos já deixar aqui o compromisso de uma reunião com dois, três, quatro representantes de cada movimento com a Secretaria de Habitação, com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e com a Comissão de Política Urbana para discutir as propostas para essa área.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a 15ª audiência pública sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Boa noite, bom fim de semana, e parabéns a todos os que compareceram. Muito obrigado.